



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Jornal de Notícias, 21-06-2009, "Não sou agressivo, sou incisivo" - Entrevista a Nuno Melo
- 2 - Diário de Notícias, 21-06-2009, "Ninguém tenha dúvida de que a maior parte do caso BPN está por apurar"
- 3 - Público, 20-06-2009, Cartas ao Director - BPN: bom trabalho no Parlamento
- 4 - Correio da Manhã, 20-06-2009, Penas agravadas para banqueiros
- 5 - Correio da Manhã, 20-06-2009, A crise da esquerda
- 6 - Semanário Económico, 20-06-2009, Crimes financeiros terão prisão efectiva
- 7 - Semanário Económico, 20-06-2009, 'Bad bank' para o caso BPN não gera consenso
- 8 - Semanário Económico, 20-06-2009, Administração de Francisco Bandeira inicia venda do BPN
- 9 - Semanário Económico, 20-06-2009, "Cavaco deve ter a coragem de definir um governo"
- 10 - Semanário Económico, 20-06-2009, O último a saber
- 11 - Diário de Notícias, 20-06-2009, A batalha das cores pela mudança política
- 12 - Semanário Económico, 20-06-2009, Crimes dos banqueiros vão dar direito a cinco anos de prisão efectiva
- 13 - Diário de Notícias, 20-06-2009, Montepio aguarda contacto do BPN
- 14 - Expresso, 20-06-2009, A Comissão que fez o Parlamento funcionar
- 15 - Diário de Notícias, 20-06-2009, Faltam 17 meses para chegar a retoma
- 16 - Expresso, 20-06-2009, Governo garante depósitos de clientes do BPP na íntegra
- 17 - Expresso, 20-06-2009, Em off - Já acabou!?
- 18 - Expresso, 20-06-2009, Há um ano na Economia
- 19 - Público, 20-06-2009, Por favor ajudem-me, sou dono de um banco
- 20 - Jornal de Notícias, 20-06-2009, Economia de boa saúde dentro de 17 meses
- 21 - Expresso, 20-06-2009, Os muitos bons e os ingénuos



FARPAS

Nuno Melo

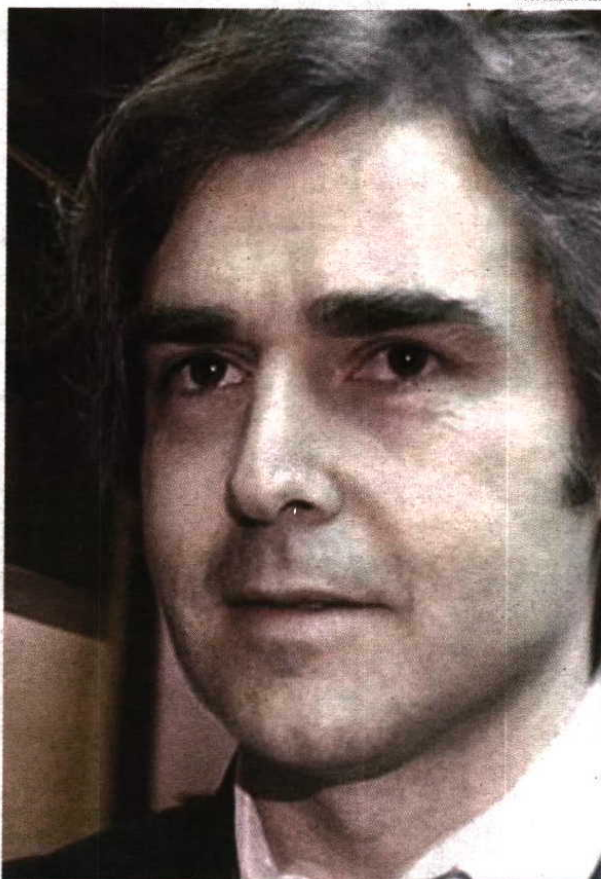
EURODEPUTADO PELO CDS-PP

Um arranque turbulento acabou por condicionar o rumo da conversa. Nuno Melo, 43 anos, terá apurado

sentido de humor – sabe rir de si. Mas recusa-o quando o tema é o país, a política ou o CDS-PP.

“Não sou agressivo, sou incisivo”

HUGO DELGADO / LUSA



Nuno Melo: “Acho que o PS vai perder as eleições legislativas.”

substância das suas políticas.

Diria que, a três meses das legislativas, não há humildade que lhe valha?

Não, a mutação dele soa a falso. Uma mudança tão radical em tão pouco tempo não é natural, é conjuntural. E quem age a pensar em eleições não dá nenhuma garantia de constância durante o mandato. É por isso que acho que o PS vai perder as legislativas.

Falando de estilo, que diferença há entre o seu na comissão parlamentar de inquérito sobre o BPN e o que é habitualmente atribuído a José Sócrates?

Não sou agressivo. Serei afirmativo, incisivo, o que é diferente. Não uso aquela arrogância que Sócrates demonstrou no primeiro mandato, governando contra todos e apesar de todos, arrogância de quem confunde maioria absoluta com poder absoluto.

Quem são os culpados do caso BPN: os ladrões ou o polícia?

Ambos: os que cometeram as fraudes e os que, tendo os indícios disso desde de 2002, não os viram. No caso, o Banco de Portugal.

Vitor Contâncio e Oliveira e Costa são a personificação nacional do Dr. Jeckyl e do Mr. Hyde?

Nunca os colocaria no mesmo plano. Oliveira e Costa era responsável por um banco e chegou ao ponto que hoje se conhece. Vitor Constâncio não cometeu actos ilícitos, é uma pessoa muito respeitável, assumiu funções de Estado. Mas na supervisão falhou.

Teve conta no BPN ou no BPP?

Não, nunca tive.

João Rendeiro deve ir preso como Oliveira e Costa?

Ainda há muito para explicar. O Ministério Público deve investigar a fundo o que aconteceu no BPN e no BPP. Quem tiver que levar a julgamento, quem tiver que ser punido, que o seja.

É medida de Direita tentar derrubar o governador do Banco de Portugal?

Não. É medida de Direita fazer tudo para conseguir que uma supervisão tão importante como a do Banco de Portugal funcione.

Perfila-se para suceder a Paulo Portas ou no seio de um partido democrata cristão é pecado pensar nisso?

Se alguma vez tivesse tido a veleidade de querer ser presidente do partido não teria sido candidato ao Parlamento Europeu.

O regresso de Ribeiro e Castro é uma atitude cristã?

É uma atitude sensata.

O avanço da esquerda verificado no último acto eleitoral é, para si, uma espécie de regresso do PREC?

É o regresso do simbolismo do PREC no momento em que o país menos precisa do que ele significou. As soluções à extrema esquerda nunca trouxeram nada que não fosse pobreza e opressão. O sinal dado é preocupante: é querer-se para o país aquilo que menos podia ajudar Portugal.

HELENA TEIXEIRA DA SILVA
helenasilva@jn.pt

Ouvii muitos piropos durante a campanha às europeias. Foi escolhido para piscar o olho ao eleitorado feminino? Agradecendo-lhe a boutade da pergunta, não acredito na substância do que ela encerra. A esse nível, não justificaria nenhum voto. Fui escolhido pelo combate político que travei durante toda a legislatura com os resultados que as pessoas reconhecem.

Mas ganhou uns cabelos brancos. Não receia voltar de Bruxelas mais parecendo com Vital Moreira?

[Risos] Não, porque não tenciono nada optar pelo bigode.

Como é que um deputado com ar tão betinho gosta tanto de agricultura?

Nasci no campo. Mas como percebi que a agricultura se pode fazer sem que seja opção de vida, optei por cursar Direito.

Fá-la nas horas livres. Vai levar a sua plantação de melões para Bruxelas?

Como é que sabe que tenho uma plantação de melões?! Não vou levá-la, mas tenciono degustar aqueles melões de casca de carvalho quando cá estiver.

José Sócrates, diz-se, é um homem novo. É o seu caso também, depois do trampolim das eleições e do BPN?

Não. Sou o mesmo antes e depois. Estou na política como na vida pública: não a teatralizo. Acredito mais no conteúdo do que na forma. Sócrates achará que o resultado do PS nas europeias teve que ver com o estilo. Pois eu tenho a certeza de que se deveu à



entrevista

Nuno Melo. Parte dentro de dias para o Parlamento Europeu, mas é da Assembleia da República que os portugueses o conhecem melhor. Liderou a investigação ao caso BPN e obrigou a trazer à luz o que o Banco de Portugal ignorou

“Ninguém tenha dúvida de que a maior parte do caso BPN está por apurar”



JOÃO CÉU E SILVA
texto

ORLANDO ALMEIDA
fotos

Asua imagem, de dedo em riste para o ministro Teixeira dos Santos, faz lembrar o “animal feroz” que tantos criticam...

Confesso-lhe que a minha postura tem a ver com a formação profissional, porque fui advogado de barra antes de ir para o Parlamento. E esta comissão de inquérito tem muito dessa lógica de pergunta/resposta, na tentativa de provar um determinado quesito. E claro que a inquirição e o estilo dependem muito de quem temos pela frente, o ministro é um político hábil e duro, e defende-se. Eu respondo com a mesma contundência. Mas com respeito!

Mas quem vê aquilo de fora recorda o José Sócrates de há alguns dias...

Não me diga isso! Não, julgo que não... O engenheiro Sócrates tem uma postura que foi permanente ao longo de toda uma legislatura e que é muito impositiva e de confronto, de quem assumiu uma maioria absoluta como um poder absoluto que lhe permitiria fazer tudo sem ouvir. E essa marca não pode ser transposta para uma comissão parlamentar de inquérito que sabe que se nacionalizou um banco e que, no Parlamento, o ministro das Finanças assegurou que custaria 700 milhões de euros e já vai em 2500, suportados pelos contribuintes. Tomámos a decisão política de nacionalizar o banco mas tivemos também a oportunidade de demonstrar ao País as fraudes que chocam os portugueses e, por isso, temos a obrigação de sermos muito exaustivos na demonstração do que falhou ao nível da fraude e, também, da supervisão e da própria nacionalização.

Dai esse estilo na comissão parlamentar? Porque temos de nos confrontar com pessoas

que foram protagonistas de cada um destes níveis de decisão. Foi assim no BPN, com o governador do Banco de Portugal e com a nacionalização e, portanto, é normal que tudo pareça mais acedo e até que na comissão o nível de adrenalina e de intensidade da inquirição vá variando conforme quem temos pela frente. Eu não sou sempre assim... Mas também houve momentos de humor e de relaxamento entre mim e o ministro, coisa que, normalmente, não havia entre o engenheiro Sócrates e os políticos da oposição.

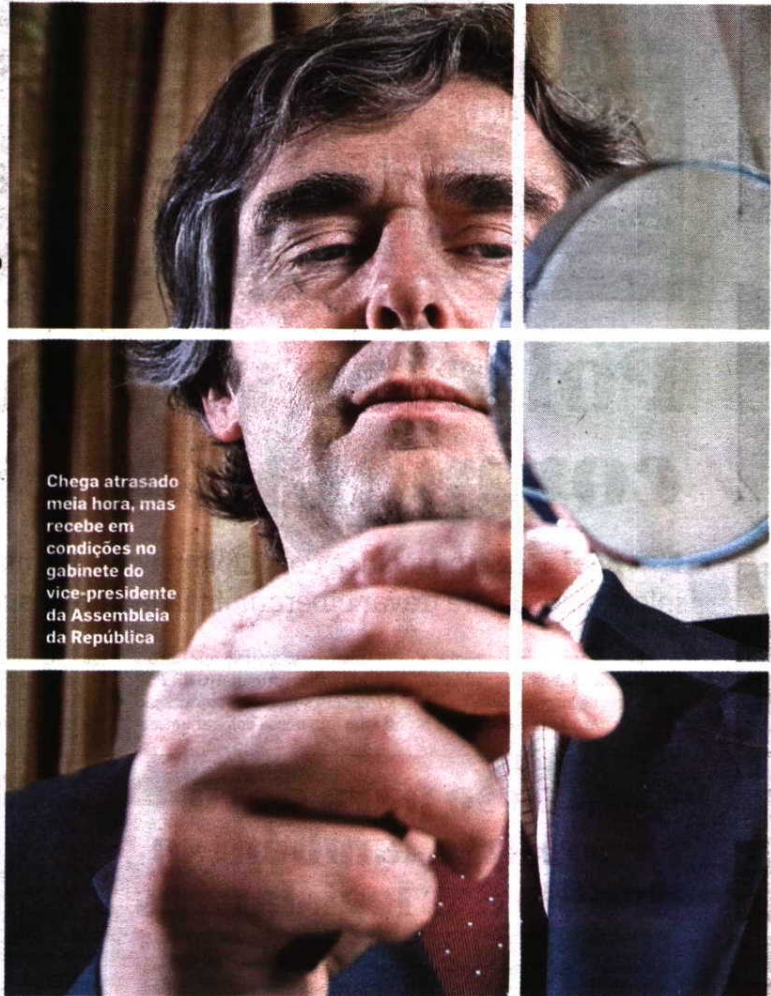
O caso BPN acabou por lhe dar um protagonismo e ao CDS/PP que tentou evitar que se estendesse ao Bloco de Esquerda. Quem requer a comissão parlamentar de inquérito é o CDS – na altura o PS e o PSD não a queriam –, que trouxe a esmagadora maioria dos documentos que o Banco de Portugal recusou e que demonstravam, provando, muitos dos esquemas que subtraíram dinheiro aos depositantes e prejudicaram os accionistas. Noutros partidos houve também um papel importante e interventivo no sentido de tentarem descobrir e ajudaram na inquirição.

Mas evitou uma “coligação” CDS/BE?

Quem requereu a esmagadora maioria das audições que permitiram descobrir as fraudes nesta comissão foi o CDS: 42! Eu recordo-me bem de ver, quando as requeri, o sorriso “lá está o CDS com inquirições de arrasto cada vez que acontece mais uma audição”. A verdade é que foram elas, principalmente ao nível dos operacionais do BPN, que permitiram descobrir a maior parte das fraudes que a comissão mostrou ao País.

Tal como uma “coligação” CDS/PCP?

Noutros partidos, o que se verificou muitas vezes foram audições ou inquirições eficazes, mas não como as do CDS, que as verificava. Se as pessoas me associam ao BPN e à comissão, tem que ver com o facto de ter conseguido levar documentos e testemunhos que demonstraram aquilo que hoje choca o País. É evidente que teve participação de vários deputados, designadamente do Bloco de Esquerda e do PCP.



Chega atrasado meia hora, mas recebe em condições no gabinete do vice-presidente da Assembleia da República

As duas malas onde levavam os documentos ficaram esgotadas?

Aquelas malas ainda têm muita coisa lá dentro, porque consegui recolher informação importante no início que, quando começou a ser revelada, fez com que outras pessoas que tinham mais a cedessem. Às vezes até de sinal oposto, porque, a dado passo, o BPN ficou balcanizado entre diferentes grupos, funções e desempenhos, que muitas vezes foi em benefício próprio e ilícito, e resultou também numa recolha de matéria de sinal oposto, mas toda ela relevante para o que se estava a tentar demonstrar. A dado passo, a dificuldade foi condensar e ter algum critério em relação ao que usar, até porque como a comissão tem um tempo muito curto há que ser o mais eficaz possível. Ou seja, há nas duas malas muita documentação que teria interesse do ponto de vista jurídico-criminal, mas que não compete a esta comissão usá-la.

Mas foi feita justiça?

Acho que muita verdade foi revelada, mas a justiça terá de ser feita num plano próprio, que é o do Ministério Público e do eventual julgamento que aconteça na sequência do inquérito que está instaurado. Mas não tenho dúvida de que há ainda muita documentação aqui que interessará apurar e averiguar. Quem sabe um dia eu

escreva um livro?

Se o caso BPN teve vantagens políticas para o CDS, Vital Moreira também o usou! Duvido de que Vital Moreira tenha tido vantagens!

A dado momento achou que teria.

Mas não teve nenhuma. Em relação ao CDS, é diferente. Quando vou na rua, as pessoas interpelam-me pelo que eu faço e, em muito, pelo que fiz na comissão de inquérito ao BPN, mas tenho a exacta noção de que sou político e que todo o que faça no Parlamento é também política. Quanto ao facto de perceber que de alguma forma me distingui, essa será a melhor prova da diferenciação num mandato em que os deputados não são todos iguais. Há deputados que têm melhor e pior desempenho e alguns saem sem que as pessoas fiquem a saber que o foram. Nessa diferença, claro que eu tive vantagem política, mas que resultou do trabalho e de as pessoas se surpreenderem com o que se descobriu e com o que o órgão de soberania foi capaz. Em relação a Vital Moreira foi o contrário. Porque representou nesse aproveitamento da comissão a avaliação político-partidária que uma comissão não deve ter, a de tentar seleccionar com aproveitamento partidário apenas o aspecto da

Mérito e acção diferenciadora
Nuno Melo diz que a vantagem política e o ser reconhecido pelo caso BPN se deve ao resultado obtido: “As pessoas apreciaram, reconheceram mérito e diferenciaram”



As lideranças exercem-se e quem é presidente de um partido deve demonstrá-lo

Digamos que estamos num autocarro porque 11 deputados não cabem num táxi

O que em tempo viam como defeito em mim, hoje vêem como virtude. Mas eu não mudei



Na sala está uma das malas onde guarda a documentação usada na argumentação do caso BPN

É colecionador de carros, mas, garante, todos os modelos que tem na garagem da casa dos pais valem menos que o 'Mercedes' de Paulo Rangel

gestão do BPN, querendo associar actos ilícitos a um partido sem sequer acautelar, como seria suposto até por inerência de função, que é muito difícil alguém garantir que pessoas doutros partidos também não estejam ligadas ao BPN. E eu, se fosse o Vital Moreira, não apostaria nisso, até porque pode ter grandes surpresas... **Alerta que lhe insinuou claramente!** Eu não insinue! Não associe os partidos ao BPN, associe pessoas! Há pessoas sérias e pessoas que não o são! Vital Moreira quis fazer um aproveitamento partidário ao ligar o BPN a um partido, adjectivando com uma expressão muito infeliz: "Roubalheira." A única coisa que eu disse foi que Vital Moreira não devia ter tantas certezas, porque neste momento da investigação está quase tudo por saber, mesmo a dimensão dessas ligações. E ele poderia ter uma grande surpresa se achasse que só pessoas de um partido estavam ligadas ao BPN, porque não pode ignorar-se a possibilidade de também haver pessoas do PS ligadas ao BPN. É normal! **Posso deduzir que quando escrever esse livro se saberá que há também membros do PS no caso BPN?**

O que motivou muito do que aconteceu no BPN foi a vontade de alguns se apropriarem daquilo que não lhes pertencia, de dinheiro que era dos outros.

É um caso de polícia, portanto?

É um caso de polícia e isso, normalmente, não tem partido. É uma questão de princípio, é uma

questão de carácter ou de falta dele.

Refaça a pergunta. São pessoas, não são partidos, mas essas pessoas têm filiações partidárias não só no PSD como também no PS?

Percebo exactamente onde quer chegar, mas não iria por aí... Melhor, eu não iria para além disto... Há, seguramente, pessoas com ligações a diferentes partidos que, de alguma forma, tiveram protagonismo na vida do BPN nos últimos anos e daí que seja completamente desajustado estar a tentar estabelecer ligações partidárias estritas daquela comissão a um partido! Muito embora essas ligações se consigam, mas não na perspectiva partidária que Vital Moreira tentou. É objectivo que houve pessoas à frente da gestão do BPN que tiveram funções, em tempos, num determinado partido, mas também é objectivo que, seguramente, não houve apenas pessoas desse partido que tiveram actos censuráveis no BPN. Daí que a ligação estrita seja indevida e o aproveitamento partidário seja infeliz. Foi isso que eu quis dizer e Vital Moreira nem sequer respondeu no frente-a-frente, antes mudou de assunto.

Para concluir. Podemos dizer que há pessoas que militam nos grandes partidos que estão envolvidas neste caso?

Eu não posso fazer essa afirmação assim, porque tenho noção da consequência dela e porque, por outro lado, há muita... Eu sou advogado e uma afirmação dessas implica uma prova feita. Aquilo que a comissão apurou não é aquilo que eu poderia tentar demonstrar, porque — em relação ao que aconteceu na comissão e aquilo que afirmo — é ao nível das audições que promovi, das pessoas que ouvi e dos factos que podemos ter mais ou menos como assentes... Em relação a outros protagonistas que poderia ter levado para a comissão, mas que não o fiz por falta de tempo e por não terem ligação estrita ao aspecto específico que quis demonstrar a seu tempo, eu não especulo. O que não significa que não possamos todos ser surpreendidos porque outras pessoas estiveram ligadas a factos graves do BPN e com ligações a outros partidos. Tenho essa cautela — que é premeditada —, porque tenho noção de que respondendo ao que me pergunta estaria, no dia seguinte, obrigado a dizer quem eram. E isso implicava mais comissão parlamentar de inquérito, possibilidade que não tenho porque o seu tempo de vida é curto. É uma questão de boa-fé procedimental, porque tudo o que disse e afirmo tentei demonstrar e, agora que não há mais audições, não vou especular à margem da comissão. Estava obrigado a demonstrá-lo e, no momento em que vou para o Parlamento Europeu, não tenho o meio adequado, que era a comissão.

Se vivéssemos em Itália, poderíamos dizer que o polvo que existe neste caso seria maior do que o que foi "pescado" na Assembleia.

Não tenho nenhuma dúvida! A Assembleia deu uma ilustração ao País, mas há muito para descobrir, para investigar e para provar na comissão parlamentar de inquérito. Que ninguém tenha dúvida de que a maior parte está por descobrir e por apurar no caso BPN, mas esse é outro patamar cabe à investigação criminal. Nós, em três meses e com poucos meios, conseguimos descobrir aquilo que o País hoje sabe e que surpreendeu toda a gente. O Ministério Público tem os investigadores, os magistrados, os meios técnicos, as competências específicas e, certamente, irá muito mais longe nessa investigação. Pelo menos eu assim o espero.

Quando Maria de Belém Roseira se mostrou indignada com as expressões de Vital Moreira, foi, inicialmente, uma voz solitária no PS. Acha que o partido ou os seus deputados tentavam bloquear a investigação?

Numa comissão que teve uma composição multipartidária, acho que na fase da inquirição e da avaliação do que se queria descobrir os deputados de todos os partidos tiveram uma postura de boa-fé e não invalidaram as diligências que cada um quis. Uns quiseram diligências, outros fizeram menos, mas a vida é mesmo assim. A esse nível, nada a objectar. Agora, falta o passo seguinte, e a minha avaliação final depende disso. Nós teremos de aprovar um relatório, que vai ser discutido, e ele não vai resumir-se aos actos ilícitos e danosos na gestão do BPN, porque isso será mais ou menos fácil e todos os partidos aprovarão certamente as evidências desses indícios ao nível do BPN e do grupo SLN. Mas esse relatório terá de apurar os termos da supervisão e a forma como se optou pela nacionalização e aí é que eu espero que o

Contestação de Maria de Belém

A deputada do PS e presidente da comissão parlamentar de inquérito ao BPN distanciou-se logo das afirmações de Vital Moreira e destacou "a participação activa" do PSD na comissão.

perfil

- Nasce em Joane, em 1966
- Licenciatura em Direito
- Exerceu advocacia mas agora dedica-se apenas à política
- Deputado na VIII e IX legislaturas e vice-presidente da Ass. da República na X
- Membro da Com. Exec., pres. da distrital de Braga e conselheiro nacional do CDS/PP
- Eleito eurodeputado a 7 de Junho

“Em Camarate, o que foi entregue à Procuradoria traduzia crime”

Considerando que esta comissão parlamentar de inquérito foi eficaz, porque é que a maior parte delas não o são? Essa é uma injustiça que às vezes se comete com uma que considero que foi, talvez, a mais importante das comissões parlamentares de inquérito do Parlamento português: a da tragédia de Camarate. Eu só fui presidente da 8.ª e publiquei um livro que condensa os relatórios de todas as comissões, onde se entende que o poder judicial falhou estrondosamente na sua missão e que tudo o que se soube se apurou nas várias comissões. Curiosamente, o livro termina com um ofício que Souto Moura, na altura o procurador-geral da República, enviou e onde reconhece que ao fim de mais de 30 anos a matéria carreada para a Procuradoria-Geral da República — entreguei-lhe em mão imensos *doissers* — traduzia indícios da prática de crime, muito embora o Ministério Público continuasse a defender a prescrição. **É caso único?**

Não, numa investigação que foi feita ao chamado Fundo Militar de Defesa do Ultramar demonstrou-se que um fundo que devia ter sido extinto com o fim da Guerra do Ultramar teve utilização até ao final dos anos 80, com um desvio de dinheiro equivalente, à época, de cerca de oito milhões de contos. E era gerido por pessoas com altíssimas responsabilidades públicas! Também nesse ponto Souto Moura disse que os factos constituíam indício da prática de crime mas que, também, não instauraria processo criminal porque achava que já tinha operado a prescrição.

Mas Camarate é um bom exemplo?

Essa comissão foi determinante e importantíssima, porque permitiu conciliar o trabalho de deputados e representantes das famílias das vítimas que também trouxeram muitas provas e tiveram muitas diligências úteis para o processo. Essa comissão de inquérito para Camarate funcionou, o que é a melhor demonstração da vantagem das comissões parlamentares de inquérito, desde que sejam usadas não num critério partidário mas de interesse público. Sempre que uma comissão parlamentar de inquérito não funcionou, foi quando era requerida ou instalada na base de um pressuposto político-partidário e de vantagem política. Sempre que se passou essa fronteira estritamente político-partidária, funcionou e deu provas importantes. ■

entrevista a Nuno Melo

► Continuação da pág. 3

PS não queira branquear o relatório. Sabe-se como a supervisão falhou estrondosamente, porque demonstrei documentalmente que desde 2002 o Banco de Portugal teve todos os indícios daquilo que sucedia no BPN, mas não agiu para além da base prudencial, e isso é que é grave e deverá constar do relatório. Temo bem que o Partido Socialista não vá querer fazê-lo, por razão mais ou menos evidente do ponto de vista político-partidário, e, se assim acontecer, em vez de a comissão fechar com chave de ouro, nesse caso será uma profunda desilusão.

Usámos uma bomba atómica legislativa nacionalizando um banco. Desde 1975 que não acontecia

Chave de ouro é demitir Constâncio?

Chave de ouro é ser verdadeiro nas conclusões que a comissão parlamentar apurou. Ou seja, que houve casos de fraudes no BPN, que a supervisão falhou de forma grave e que a nacionalização poderia ter acontecido com mais elementos do que os que foram carreados para o Parlamento. Seria a súplica das conclusões que acho que o Parlamento devia tirar neste momento.

Só essas conclusões eram suficientes?

Há ainda um aspecto fundamental apurado nesta comissão e que tem que ver com a separação da área financeira e não financeira do grupo e a forma como, em negócios simulados, se constituiu um offshore. Todos os indícios dos negócios de Porto Rico, com consequências ao nível do Conselho de Estado, já tinham sido apurados pelo Banco de Portugal em 2002 e reforçados em 2005 em relatórios de inspecções. A falta de colaboração do BPN e da SLN na sua prestação faz perceber um negócio simulado e o Banco de Portugal nunca agiu. Hoje, temos a demonstração eviden-

te dessa simulação, tal qual o Banco de Portugal intuiu e com base nos mesmos documentos. Por exemplo, na audição de Oliveira Costa, a partir do momento em que eu o interpelei com isso e os mostrei, ele disse que iria participar criminalmente de quem tivesse utilizado esses documentos. Estou certo de que isso também deve constar no relatório e ser aprovado na sequência da sua discussão, mas duvido de que o PS esteja disposto a fazê-lo. Já veremos, faltam dias.

O final da comissão coincidiu com as europeias. Vítor Constâncio é o primeiro socialista que querem jogar borda fora?

Não é Vítor Constâncio, é o governador do Banco de Portugal.

Que já foi secretário-geral do PS...

O facto de ter sido secretário-geral do PS não invalida que hoje desempenhe funções importantes como governador do Banco de Portugal. O que está em causa não é nenhuma motivação pessoal contra alguém que teve esse cargo no PS, é uma avaliação do desempenho de alguém que podia ter evitado o cataclismo vivido nos últimos dois anos na banca portuguesa por falta de supervisão. É falso quando Constâncio diz que foi assim noutros países do mundo, porque o que aconteceu no BPN, no BPP e, a dado passo, no BCP não tem comparação com o que sucedeu lá fora, onde as supervisões retiraram consequências, abriram inquéritos e assumiram erros, coisa que Vítor Constâncio nunca fez



Nacionalização para o CDS
"A nacionalização é um procedimento contranatura, é uma apropriação do Estado pelo Estado do esforço de outros. (...) Pode agradecer à extrema-esquerda", diz Nuno Melo.

consequências, abriram inquéritos e assumiram erros, coisa que Vítor Constâncio nunca fez

apesar de tudo ter colapsado à sua volta. Não há aqui uma motivação pessoal, há uma avaliação política que tem de ser feita num Parlamento que nacionalizou um banco! Nós usámos uma bomba atómica legislativa nacionalizando um banco, coisa que desde 1975 não acontecia! Numa medida tão radical e com um custo tão grande para os contribuintes que vai já em 2500 milhões de euros e que é mais do que o valor investido pelo Governo em todos os planos de combate à crise neste país (dois milhões). Significa que o Estado está a gastar com uma mais do que está acessível a mais de 300 mil empresas!

Até Obama fez nacionalizações nos EUA!
A nacionalização até poderia ter sido inevitável, temos é de perceber o que levou a essa nacionalização e o que poderia ter sido feito para que ela não acontecesse.

Foi um caso que trouxe à ribalta as acções da SLN do Presidente Cavaco Silva e que obscureceu o alegado envolvimento do primeiro-ministro no caso Freeport.
Não são realidades comparáveis! O Presidente da República teve uma posição accionista numa empresa, facto inteiramente legítimo em qualquer cidadão. O Presidente da República foi accionista de uma empresa, daí não vem mal nenhum ao mundo. Em relação ao caso Freeport, o que existe é uma investigação criminal em curso, mas nós sempre dissemos que não fazemos aproveitamentos políticos de processos judiciais em curso. Mas, também, não permitimos interferências nesses processos em curso. E daí recusarmo-nos sempre a comentar o caso Freeport, o que é coisa diferente de sentirmos que temos obrigação de comentar o que se passa ao nível do Eurojust. ■

"O meu estilo tem sido sempre o mesmo. Não teatralizo muito"

A reeleição de Durão Barroso deve ser uma das poucas situações em que o CDS/PP e o PS estão do mesmo lado.

Neste momento sim, porque, durante a campanha eleitoral, eu ouvi pelo menos três posições no PS: sim, não, talvez.

O primeiro-ministro é a favor da reeleição. Sim, mas Vital Moreira foi contra e com ele estavam vários outros socialistas que acharam normal a atitude, e só agora é que institucionalmente foi tomada uma posição um pouco mais uniforme. Na verdade, no PS tivemos todas as posições, o que no dizer deles é visto como riqueza e diversidade de opinião.

Surpreendeu-se com a mudança de registo do primeiro-ministro?

Penso que o problema do primeiro-ministro não é de estilo, mas de política. Até acho interessante verificar que alguns comentadores políticos que até ao dia 7 de Junho diziam que essa era a sua maior virtude, o que lhe permitia ganhar todos os debates, e os mesmos que diziam que o PS ia vencer as eleições, quando perceberam a derrota, são os que agora dizem que, afinal, o estilo do primeiro-ministro é o problema. Quanto à forma como tão ostensivamente quer mudar, suponho que resulta em seu desfavor, porque as pessoas percebem que aquilo não é natural! Quem o ouviu nesta entrevista recente na SIC percebe isso,

tal como a sua transformação neste debate parlamentar percebe que não lhe é natural. E, quando assegura que vai manter o essencial das políticas, faz-me acreditar que terá uma derrota nas próximas eleições.

E o seu estilo vai mudar agora?

O meu **estilo** tem sido sempre o mesmo, porque eu sou mesmo assim, não teatralizo muito e, normalmente, sou na política o mesmo que como pessoa. E o que em tempos alguns viam como defeito, hoje, também agora alguns vêem como virtude. Mas eu não mudei.

O que é que lhe apontam?

Às vezes a forma incisiva como faço o debate político, o empenho que ponho e até a contundência na argumentação que, às vezes, tendiam a ver como excessiva mas que hoje consideram como virtude.

Qual é o significado de irem "repescar" Ribeiro e Castro?

É a demonstração do que muita gente não tinha acreditado e que Paulo Portas tinha dito quando me convidou para encabeçar a lista ao Parlamento Europeu: que havia dois deputados europeus que saíam para que outros integrassem uma nova lista. Mas referiu que os convidaria para as batalhas eleitorais futuras, integrando listas candidatas ao Parlamento nacional. E como cabeça de lista pelo Porto, supostamente, a eleição de Ribeiro e Castro é garantida.

Auto-retrato
"O tempo tem a vantagem de fazer com que as pessoas sedimentem a apreciação que fazem de um político, porque no início é pela rama e só a partir do momento em que mostra trabalho, e substancialmente, é que se avalia o que representou."

Não é porque faltam ao CDS novos rostos?
Não, significa um partido que vai a votos e quer demonstrar que conta com todos e que, independentemente de divergências internas, as pessoas são todas importantes e, nas suas diferenças, acabam por fazer, porventura, falta.

Mas Ribeiro e Castro foi muito crítico quando se sentiu excluído das listas europeias.
Sim, mas pelos vistos isso não terá sido problema para Paulo Portas. Quanto muito poderia ser para Ribeiro e Castro, se achasse que nessas diferenças tinha uma margem de divergência tão grande que não lhe permitia aceitar o convite que lhe foi feito. Pelos vistos, não constituiu problema para ele nem para Paulo Portas. Um convidou, outro aceitou, tudo normal.

A repetição de um mau resultado eleitoral do PS abre caminho à coligação do CDS com o PSD. Será um quadro previsível?
O CDS tem de valer pelo que pode fazer por si e não pelo que pode fazer pelos outros. O poder e a força que tenha deve depender dos seus votos e não dos que obtenha coligado. A aposta que fazemos nas legislativas é a de um partido que vai novamente por si, que fez uma oposição determinante durante toda a legislatura no Parlamento e que vai pôr isso em escrutínio daqui a muito poucos meses. O CDS será, depois da eleição, o que as pessoas quiserem e não na avaliação do CDS com um outro partido. Vamos valer por nós e estou confiante num bom resultado.

Até porque o PSD só procurará parceiro se não obter resultado que permita governar.
O que o PSD fará não me interessa muito. Inte-

ressa-me muito o que o CDS deverá fazer: ter um grupo parlamentar significativo. Se possível que cresça e que continue a marcar o ritmo da vida parlamentar e nunca preocupado com a expectativa de resultados com o PSD ou à espera do que seja vindo do PSD.

Mas o CDS nunca será poder sozinho.
Nós vamos a votos e gostaríamos muito de poder ganhar eleições. Não damos de barato que um dia o CDS possa ser um partido muito mais representativo na sociedade portuguesa, é para isso que trabalhamos todos os dias! Esse é um caminho que se faz andando e se há uma coisa que percebi na política, nestes últimos tempos, é que previsões a prazo são sempre muito arriscadas. Basta perceber o que aconteceu em dois anos na legislatura anterior! Nós temos de pensar a prazo, politicamente, e nesse sentido só o devemos fazer até às eleições legislativas e por um bom resultado. O que vai acontecer depois, logo se verá. É evidente que já estivemos em governos com o PSD e por isso é impossível dizer: "Nós não voltaremos a estar em governos com o PSD." Mas também mentiria se dissesse: "O nosso objectivo é ir-mos para o governo com o PSD." O nosso objectivo é ter votos e crescer.

Uma coisa é o objectivo, outra, a realidade.
Eu acredito que seja possível crescer e que o CDS tem um papel importante e fundamental na democracia portuguesa, designadamente na Assembleia da República, quer esteja no Parlamento quer no Governo! Isto não tem nada a ver com cenários especulativos acerca de coligações. ■

“Não sou o Nuno das feiras. Não imitarei o Paulo”

O seu lugar no táxi do CDS/PP é confortável...

O táxi é memória histórica de outros tempos, porque com onze deputados o CDS não será seguramente um táxi e até é um grupo parlamentar que tem mais deputados do que o Bloco de Esquerda.

Estamos a falar hoje. E depois das eleições legislativas?

Lá se verá. Esse é como o velho mito das sondagens, há pessoas que insistem em avaliar o CDS assim e depois surpreendem-se porque nas urnas vale muito mais e, curiosamente, ao Bloco de Esquerda acontece normalmente o contrário. O CDS é hoje um partido com onze deputados e com esse número tem marcado

durante toda a legislatura o ritmo essencial da oposição à direita do PS. À direita e à esquerda, acho eu! Parece-me que os principais pontos políticos foram tratados e trabalhados por nós e temos feito isso com onze deputados! É um partido fundador da democracia portuguesa, que nestas eleições europeias subiu em todos os distritos e que com este resultado teria conseguido eleger 16 deputados. Também somos um partido do arco da governabilidade e com uma importância capital na estabilidade político-parlamentar.

E no que respeita ao seu lugar?

Eu tenho noção de que sou, nesta fase da vida do CDS, um protagonista de primeira linha na medida em que tenho estado na primeira linha do combate político. É normal ser isso mas há vários outros.

Continuando a metáfora do táxi...

Digamos antes que estamos num autocarro porque onze não cabem num táxi.

Um autocarro de quantos lugares?

Um autocarro de uns 20 lugares pelo menos, porque queremos crescer. **Faz-me lembrar os autocarros que Manuel Monteiro usava nas suas semanas pelo País...**

Não, ele nas semanas da pesca usava traineira, não era um autocarro. **Quem vai a conduzir o autocarro ainda é Paulo Portas?**

Sim. **Já há quem diga que um dia destes poderá ser Nuno Melo a conduzir o autocarro do CDS/PP**

Não, eu não tenho vocação nenhuma para motorista.

Mas tem para líder partidário?

Nenhuma. Eu tive uma opção premeditada quando fui para o Parlamento Europeu, porque sempre dis-

se que achava que um presidente de um partido é que deveria estar num grupo parlamentar nacional a fazer debates com o primeiro-ministro e na linha da frente do combate político quando estivéssemos no poder. E quando opto pelo Parlamento Europeu dou até a um ou outro espírito mais intranquilo a certeza de que

não tenho nenhuma intenção de ser presidente do partido. Vou para o **Parlamento Europeu**.

não vou estar cá nem sou candidato faz de conta e acho que o partido está bem entregue. Tenho noção de que tive um papel neste resultado das europeias – não tenho dúvida disso – mas esta vitória é também do presidente do partido, que esteve todos os dias a fazer campanha na rua e a ser avaliado, porque é o primeiro

rosto da oposição que o CDS faz. Recebo com lisonja o comentário de quem assim diz, porque significa que de alguma forma entendem que posso fazer alguma diferença, mas também é bom porque isso significa uma evolução no CDS. É a demonstração de que não é já o partido de um homem só e de que tem

“Tenho noção de que sou, nesta fase do CDS, um protagonista de primeira linha

vários protagonistas, até porque durante muitos anos essa era a crítica feita a Paulo Portas, que se desaparecesse o CDS acabava. Hoje já não é assim, há vários protagonistas, mas o que também não pode permitir é que outras pessoas que hoje têm essa visibilidade e até essa apreciação política positiva queiram ser consideradas alternativas à liderança do que seja. Eu não quero, nem sou.

Essa ideia do partido de um homem só não existe por acaso, mas porque Portas seca o terreno ao seu lado.

Eu não penso isso e acho que as lideranças se exercem – eu sou um político de direita – e quem é presidente de um partido deve claramente demonstrar que o é. E, quando se tem a capacidade e a personalidade que o Paulo tem, naturalmente que se nota. Isso eu acho bom. O que estranho é quando há partidos que têm presidentes que se diluem numa lógica

massificada e colectivista, o que em boa verdade traduz a falta de liderança que vai tendo. A prova é que eu fui a votos e que o partido subiu em todos os distritos, isso demonstra que o CDS não é um partido de um homem só! Mas também não significa que haja qualquer crise de liderança, pelo contrário! Um bom resultado é a afirmação da boa liderança.

Então vou usar outra metáfora: depois do Paulinho das feiras há agora o Nuno das feiras?

O Paulo faz isso com naturalidade e vai aonde as pessoas estão. Também percebi outra coisa nesta campanha, nós fomos a votos com um orçamento de campanha pouco superior a 400 mil euros enquanto os partidos do bloco central tinham orçamentos de dois milhões de euros. O que significa que havia concelhos e distritos inteiros onde não existia um outdoor do CDS. Nos mercados, dávamos um cartão com a mensagem do partido e fizemos uma campanha a falar com as pessoas.

Essa é uma contingência das nossas próprias circunstâncias e também do apelo que o Presidente da República fez num momento de crise. E assim se demonstrou também que se consegue ter bons resultados sem essa ostentação e desperdício a que tantos recorrem em campanha eleitoral. Isso significa que no caso do Paulinho das feiras, para além da naturalidade com que ele contacta com as pessoas, também decorre dessa contingência. No que me respeita, acho que a pior atitude que alguém pode ter na vida é tentar imitar quem seja. O Paulo é o que é porque é assim e não porque imitou alguém. Eu sou o que sou porque sou assim, e, seguramente, o que nunca farei é tentar imitar o Paulo em coisa alguma.

Então não quer ser o Nuno das feiras?

Não, eu sou o Nuno, ponto. Não tenciono ser copy/paste de ninguém. **Diz-me que é Nuno, mas o Paulo Portas trata-o por Nuninho.** Não, por acaso está enganado. Quando o fazem por diminutivo é por “Melinho” e não é só o Paulo, são todos os deputados. O que é normal, Melo, Melinho, é um diminutivo que também demonstra que somos todos amigos.

Ninguém o chama de João? Só a minha mãe, João Nuno. ■

Eleito duplamente: pelo voto e pelo sexo feminino

Desde os dez anos que Nuno Melo se interessa por política e por direito. Diz, para além de tudo o que motivaria uma criança nessa idade, “recordo-me de que na minha infância sempre gostei de ouvir debates e de assistir a questões relacionadas com a vida nos tribunais”. E conclui: “Sempre fui uma pessoa de causas.” Desses tempos de jovem tem na memória um episódio com Galvão de Melo na sua terra, Joane, “onde acabou tudo à sapatada”. Como era “miudinho”, o tumulto “pareceu uma coisa tremenda” porque, “quando se é pequeno, no meio de muitos adultos, tudo tem uma dimensão muito maior”. E desses tempos do PREC que lhe vem a costela centrista, de quando esteve para ir para o Brasil e que justifica o chamar extrema-esquerda a partidos como o Bloco: “Não vêm da UDP e do PSR?”

Garante que nunca lhe passou pela cabeça vir a ser deputado, porque a advocacia estava primeiro. Tem escritório em Guimarães e ainda não o abandonou, porque não pretende estar dependente da vida política e nunca se sabe qual é o futuro.

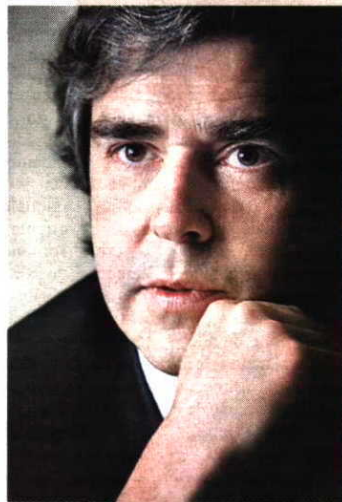
Foi em Guimarães que deu

pública o que disse para si mesmo foi: “Tenho oportunidade de fazer uma coisa de que, seguramente, vou gostar muito.” E gostou sempre, concluiu ao fim destes anos, e está certo de que, agora que parte para o Parlamento Europeu, vai ter “imensas saudades destes anos que aqui passei”. Não lamenta e diz: “A vida também é feita destas mudanças.”

Uma coisa é certa, não tenciona desligar-se da política nacional e quer manter-se presente no espaço televisivo e vir todas as semanas a Portugal para discutir temas da política nacional. Considera, no entanto, que o seu mandato tem um propósito importante porque é no Parlamento Europeu que se joga muito do futuro do País: “Não deve ser visto nem como uma reforma dourada nem como uma espécie de exílio político, mas como uma oportunidade num outro patamar para fazer política.”

A única situação que Nuno Melo não quer mudar é a protecção da privacidade da sua vida pessoal. Mesmo depois de ter sido “eleito” pela *vox populi* do eleitorado feminino como o candidato mais sexy da campanha para as europeias, o político pretende manter a sua discrição. Diz que não reparou nessa situação enquanto andava pela estrada nem que as portuguesas lhe mandassem os piro-piros que a caravana centrista bem ouvia: “Não notei nada!” Acrescenta: “Há de reparar que estive um mês em campanha a ser massacrado com sondagens que davam o CDS extinto e, todos os dias, a primeira pergunta que me faziam era ‘como é que comenta a sondagem da véspera?’ Quando uma pessoa está submetida a tanta pressão, quando está tanto em jogo, a última coisa para que se tem percepção serão certamente esses aspectos mais lúdicos de uma campanha eleitoral.” Contemporiza: “Não reparei em nenhuma demonstração ostensiva desse aspecto, mas, se diz que assim é, fico naturalmente lisonjeado. Mais não seja ajuda a minha auto-estima, porque prefiro antes que digam bem do que mal. E, se as mulheres apreciam, fico muito satisfeito.”

Nuno Melo nunca teve problemas em falar sobre qualquer tópico nesta entrevista, a não ser sobre a sua vida privada. A única coisa que pode dizer-se é que não é casado, não tem filhos, mas “não estou propriamente sozinho”. Há uma profissional da saúde na sua vida, o que é bom, porque: “Sou ligeiramente hipocondríaco.” Se o assunto for caça, carros ou o Benfica, aí não há problemas, quanto à paixão do Norte é que nada. E, registre-se, era leitor fiel de *O Independente*... ■



Diminutivos do líder

Num perfil sobre Nuno Melo, na revista *Sábado*, escreve-se: “Paulo Portas, que não participa, aparece mais tarde, esprieta à porta bem-disposto: ‘Nuninho!’ Nuno responde: ‘Grande líder!’”





ID: 25619544

21-06-2009



“ Nuno Melo

Espero que o PS não queira branquear o relatório do BPN

De partida para Bruxelas, o eurodeputado do CDS deixa ficar duas malas com o processo do banco de Oliveira Costa, mas promete escrever um livro

ENTREVISTA,
págs. 2 a 5



Cartas ao Director

BPN: bom trabalho no Parlamento

Contrariamente ao que se convencionou sobre o trabalho parlamentar, é nítido que a Comissão de Inquérito ao caso BPN, a mais longa de sempre, foi, pelo menos, útil para que os portugueses se dessem conta da falta de supervisão ao banco. Simultaneamente, a comissão serviu para termos consciência das muitas irregularidades e dos jogos psicológicos que levaram à ruptura da entidade bancária. Sabendo que o buraco financeiro daquele banco se pode cifrar nos 1,8 mil milhões de euros, é evidente que a situação do banco agora nacionalizado necessitava de ser clarificada, já que, no fim de contas, são os contribuintes que irão suportar, de forma mais



ou menos parcelar, o buraco do BPN. Por outro lado, a comissão foi frutuosa mais não seja pelas críticas fundamentadas aos actos, e sobretudo às omissões, das pessoas que pensavam ser intocáveis e que carregam indubitavelmente inúmeras responsabilidades pela falência do banco. Se, por vezes, certas comissões parlamentares emanam das guerrilhas partidárias, esta comissão foi uma investigação ínfima mas decisiva àqueles que destruíram o BPN e que deixaram um enorme ónus às gerações vindouras que terão de pagar pelos erros premeditados de outros.
Gonçalo Tapadas, Lisboa

SUPERVISÃO ■ BANCO DE PORTUGAL REFORÇA PODERES

Penas agravadas para banqueiros

■ Prisão até cinco anos, multas de dois milhões de euros e admoestação pública são algumas das novidades do novo regime sancionatório da Banca

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Depois dos casos Banco Português de Negócios (BPN) e Banco Privado Português (BPP), o Governo aprovou um novo regime sancionatório para o sector financeiro. As principais novidades são o substancial agravamento das penas de prisão (que em alguns casos passam para o dobro e podem ir até aos cinco anos) e das multas em que incorrem os banqueiros se não cumprirem as exigências dos organismos de supervisão.

Créditos a offshores dão direito a pesadas coimas

Banco de Portugal, Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Instituto de Seguros de Portugal (ISP) ficam com poderes reforçados, podendo solicitar todos os esclarecimentos, pedir todas as informações e requisitar todos os documentos que se revelem necessários às averiguações ou à instrução de processos.

As administrações que aprovarem a concessão de créditos a sociedades offshore – consideradas não-cooperantes ou cujo beneficiário último seja desconhecido



O caso BPN levou Constâncio a reforçar consideravelmente o poder de vigilância do Banco de Portugal

(como aconteceu no BPN e no BCP) – podem sofrer uma multa até cinco milhões de euros e cada administrador poderá ter de pagar até dois milhões.

Esta novo regime entrou hoje em vigor e não se aplica retroactivamente aos processos que já se en-

contram em curso, como é o caso das investigações à administração liderada por Jardim Gonçalves no BCP, ao BPP ou ao BPN. No caso do banco de Oliveira e Costa, o ministro das Finanças já deu 'luz verde' para a venda daquela instituição financeira, uma operação que não

merece o interesse do Millennium BCP. O seu presidente, Carlos Santos Ferreira, disse ontem: "Não estamos interessados no BPN", especificando que o custo daquela aquisição, em comparação com o proveito que traria para o banco "não ia compensar". ■



**Banqueiros
têm penas
agravadas**

■ **Poderes** reforçados para
Banco de Portugal **PÁG. 31**



A PÁGINA DE JOSÉ MEDEIROS FERREIRA



PROFESSOR UNIVERSITÁRIO
apaginade@correiomanha.pt

“As eleições europeias vieram revelar uma social-democracia anémica. A crise também bateu à porta da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu (PSE), duas molas pasmadas nesta fase crítica da globalização

A crise da esquerda

Estas eleições europeias vieram revelar uma esquerda fragilizada e pouco atractiva para os eleitores. Em Portugal, Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Alemanha, e países do Leste as derrotas foram nuas e cruas, quer as forças de esquerda estivessem no governo quer na oposição, o que anula o efeito “gestão da crise” para se poder explicar o que se está a passar.

A crise bateu à porta da Internacional Socialista e do Partido Socialista Europeu, duas molas pasmadas nesta fase difícil da globalização. É verdade que a história da esquerda social-democrata na Europa tem fases, mas longe vão os tempos do en-

tusiasmo com as vitórias eleitorais do Partido Trabalhista em 1964 com o antigo sindicalista Wilson. Ou do SPD na RFA em 1969 com o antinazi militante Willy Brandt, para não referir o exemplo português com o PS de Soares vindo da resistência à ditadura, vencedor das forças extremistas em 1976. Em França o PSF só em 1981 consegue a força eleitoral suficiente para obrigar à alternância inexistente desde 1958.

As experiências posteriores da social-democracia no poder já são feitas com outra gente e no

contexto da globalização neoliberal. Os partidos do PSE rendem-se às delícias de Cápua e ao modelo dominante na integração europeia. Maastricht e o Pacto de Estabilidade são os marcos dessa renúncia.

Não será de estranhar o aparecimento de novas esquerdas

Uma nova geração de dirigentes, saídos da democratização do ensino superior e em competição com o establishment para os lugares cimeiros da sociedade, fez o resto. Porém a natureza tem horror ao vazio, pelo que não será de estranhar o aparecimento de novas esquerdas europeias. ■

Espera-se de Jorge Jesus a vitória na Liga

■ No FCP a organização é mais importante do que qualquer treinador, como se vê pela sucessão de treinadores e de triunfos. No SLB o treinador acaba por ter um papel substantivo e de maior relevo.

Por isso, e antes que comece a época, diga-se desde já que o que se espera de Jorge Jesus é a vitória na Liga e uma boa carreira na Taça Europa da UEFA. O único critério para Jorge Jesus será o triunfo. Pode ser cruel mas é assim. Ele sabe. Boa sorte. ■

Estado conserta Bancos



■ O anúncio feito pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, de que o nacionalizado BPN, após obras financeiras de restauro, vai ser posto à venda, é, em princípio, uma boa notícia para as gentes contribuintes. Não é, aliás, a primeira vez que o Estado entrega a Banca nacionalizada aos privados em boas condições.

Mas, parafraseando alguém da Beira-Alta, não há-de ter memória os banqueiros... ■



A Cimeira de Barroso

■ Um dos sinais da crise da esquerda europeia foi dado pela ausência de um candidato alternativo à presidência da Comissão ao nível do Conselho Europeu e ao nível do Parlamento.

Se o consenso entre os governos à volta de Durão Barroso se pode explicar facilmente, já a ausência de alternativas entre os grupos políticos de esquerda no Parlamento Europeu é embaraçosa para a Europa plural.

Só Cohn Bendit ergueu o facho do ‘Stop Barroso’. Durão Barroso será assim reconduzido no cargo. ■

O modelo social europeu ao ataque

■ Está a decorrer em Genebra a Assembleia anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual Portugal foi membro fundador em 1919, depois dos horrores da I Guerra Mundial.

Gostamos muito de ser membros fundadores de organizações internacionais, mas pouco celebramos esta. Pois o PR francês, Sarkozy, discursou lá esta semana para defender uma postura mais ofensiva do modelo social

europeu pela observância universal das recomendações daquela organização, condição essencial para se promover um comércio internacional mais justo. Quando Portugal assumiu a última presidência da UE, propus que agendasse



uma cimeira especial entre esta e a OIT como forma de fazer passar o modelo social europeu da actual fase defensiva e degradada para uma nova fase mais ofensiva à escala mundial. Não haverá globalização regulada sem o concurso da OIT. Um dia lá se chegará. Mais crise menos crise. ■

A SEGUIR

■ Não sou um apaixonado de Eça de Queiroz e, estilo à parte, acho diletante e superficial o seu retrato da sociedade portuguesa. Mas é tal a cópia de gente dedicada ao autor de Primo Basílio que chamo a atenção para o lançamento do livro de Maria Filomena Mónica, editado pela bela editora Quetzal e apresentado por António Sousa Homem, um distinto colaborador deste jornal que bebe do fino, com a ajuda, claro está, de Francisco José Viegas.

NOVO REGIME SANCCIONATÓRIO NO SECTOR FINANCEIRO

Crimes financeiros terão prisão efectiva

Recepção ilícita de depósitos dá pena de prisão de cinco anos. É infracções graves dão coimas de cinco milhões.

LÍGIA SIMÕES ligia.simoes@economico.pt

Já está em vigor o novo regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional. A partir de hoje os crimes financeiros são alvo de coimas mais pesadas com valores que podem atingir os cinco milhões de euros e as penas de prisão agravadas para cinco anos. As lições dos casos do BPN e BPP, em plena crise dos mercados financeiros, levaram ainda o Governo a estabelecer a publicidade das decisões condenatórias em processo contra-ordenacional na área bancária, dos seguros e fundos de pensões. Objectivo: reforçar o efeito de punição e de dissuasão, bem como promover o alinhamento das molduras das coimas e das ferramentas processuais na banca, seguros e mercado de capitais.

Oito meses depois da aprovação do diploma em Conselho de Ministros, o novo regime, ontem publicado em Diário da República, visa reforçar os poderes da supervisão em Portugal e à crise dos mercados financeiros internacionais, despoletada em Outubro de 2008. É a aplicação de 'mão mais pesada' de todos os reguladores do sistema financeiro (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal) a crimes como manipulação de mercado, abuso de informação privilegiada ('insider trading') ou a recepção ilegal de depósitos.

Com o reforço do regime sancionatório aplicável ao sistema financeiro, o Executivo garante a aplicação efectiva de prisão, ao agravar as penas para cinco anos,

em vez dos anteriores três anos, pena que podia ser substituída em multa. Uma nova moldura penal que se aplica, segundo o diploma, nomeadamente a crimes de manipulação de mercado. Ou seja, realça o decreto-lei, "a quem divulgue crimes de informações falsas, incompletas, exageradas ou tendenciosas, realize operações de natureza fictícia ou execute outras práticas fraudulentas" que alterem o regular funcionamento do mercado de valores mobiliários ou de outros instrumentos financeiros.

Também os administradores e pessoas responsáveis pela direcção ou pela fiscalização de áreas de actividade de um intermediário

financeiro que, tendo conhecimento e não ponham termos aos factos anteriormente descritos, praticados por pessoas directamente sujeitas à sua direcção ou fiscalização, passarão a ser punidos com penas de prisão até quatro anos ou pena de multa até 240 dias.

No Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) foi, por sua vez, alterada a pena de prisão para a actividade ilícita de recepção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, que foi, igualmente, reforçada de três para cinco anos. Os crimes de abuso de informação privilegiada passam a contar com igual uma moldura penal agravada (cinco anos de pena de prisão), além da pena de multa.

Ao nível dos agravamentos de coimas previstas no Código de Valores Mobiliários, duplicam os montantes máximos anteriormente previstos para contra-ordenações muito graves (agora de 5M€), graves (2,5 M€) e menos graves (500m€). Elevam-se também as coimas previstas no RGICSF para infracções especialmente graves, como realização fraudulenta de aumento de capital, falsificação de contabilidade e actos dolosos de gestão ruínosa. Variam agora para as empresas entre 10 mil e cinco milhões de euros e quatro mil e dois milhões de euros para pessoas singulares. Coimas que se passam a aplicar agora também à violação das normas sobre concessão de crédito que passa a ser considerada infracção especialmente grave. ■

ALTERAÇÕES

PROCESSO SUMARÍSSIMO

► Introduce-se esta figura nos sectores bancário, segurador e de fundos de pensões, aproveitando a experiência neste mecanismo processual no sector dos valores mobiliários. Trata-se de uma sanção reduzida (admoestação e coima)

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES

► Decorrido o prazo da impugnação judicial, a decisão do BdP que condene o agente por infracções graves é divulgada no sítio da Internet deste regulador. Também as contra-ordenações graves ou muito graves da CMVM serão divulgadas através do seu sistema de difusão de informação.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DAS ENTIDADES DE INTERESSE PÚBLICO

Remunerações aprovadas em assembleia

Maus desempenhos ditam limitação da remuneração variável dos administradores.

BÁRBARA BARROSO
barbara.barroso@economico.pt

A política de remuneração das entidades do sector financeiro, consideradas de interesse público, vai passar a estar obrigatoriamente sujeita à aprovação da Assembleia Geral (AG). A medida faz parte do novo regime de sanções no sector financeiro e já se encontra em vigor, após a publicação ontem em Diário da República.

A informação da política de

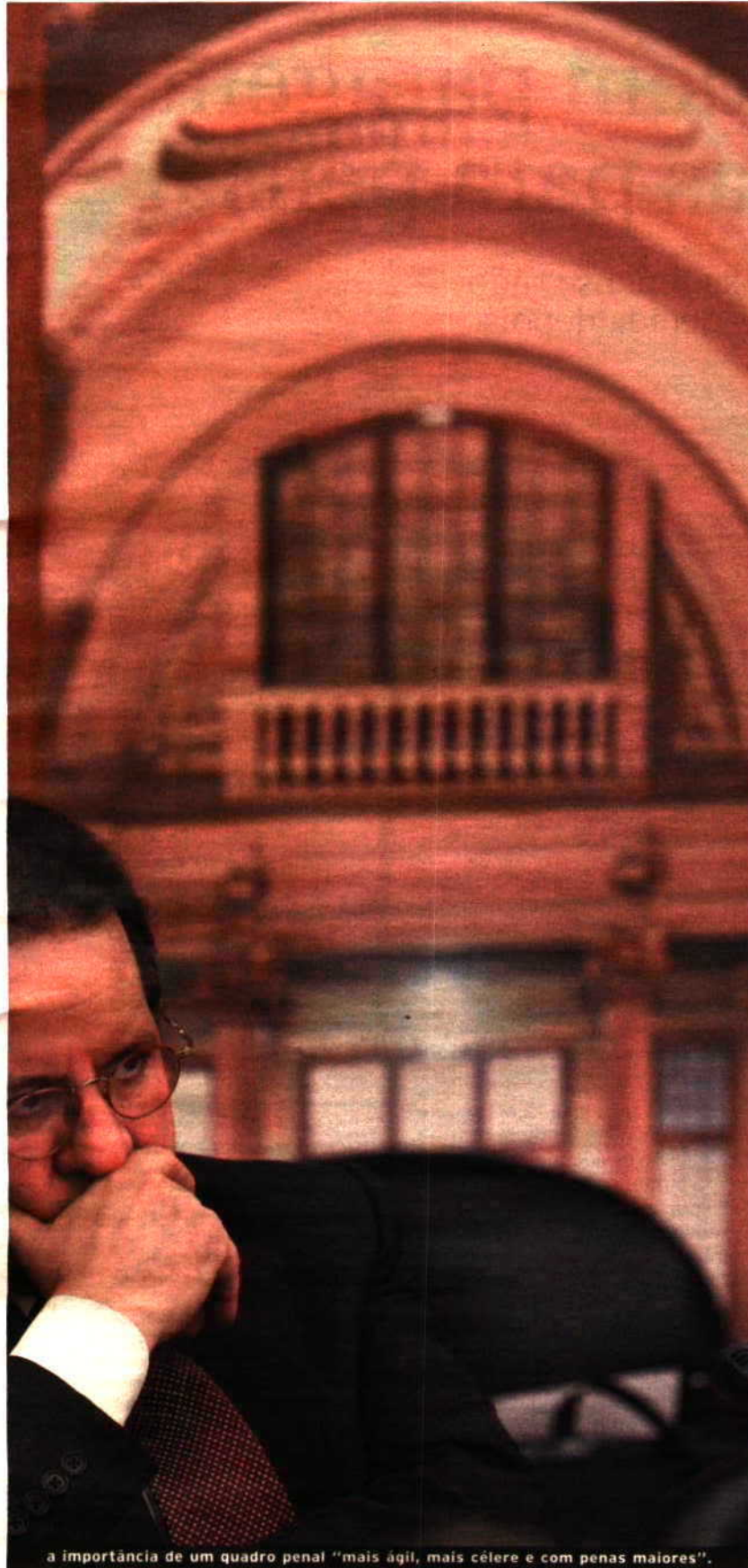
remuneração abrange os membros dos órgãos de administração e fiscalização e deverá conter a política de remuneração desses membros assim como o montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual. Está também prevista a limitação da remuneração variável, em caso de mau desempenho da empresa.

A violação destes dispostos, por parte de instituições de crédito, sociedade financeira ou sociedade gestora de participações sociais, é considerada "infracção especialmente grave", sendo punível com coima de 4 mil a 2 milhões de euros, para pessoa singular, ou de 10 mil a 5 milhões de euros, no caso de pessoa colectiva. ■

dfgdfgdfgd



Constâncio voltou a defender, no Parlamento,



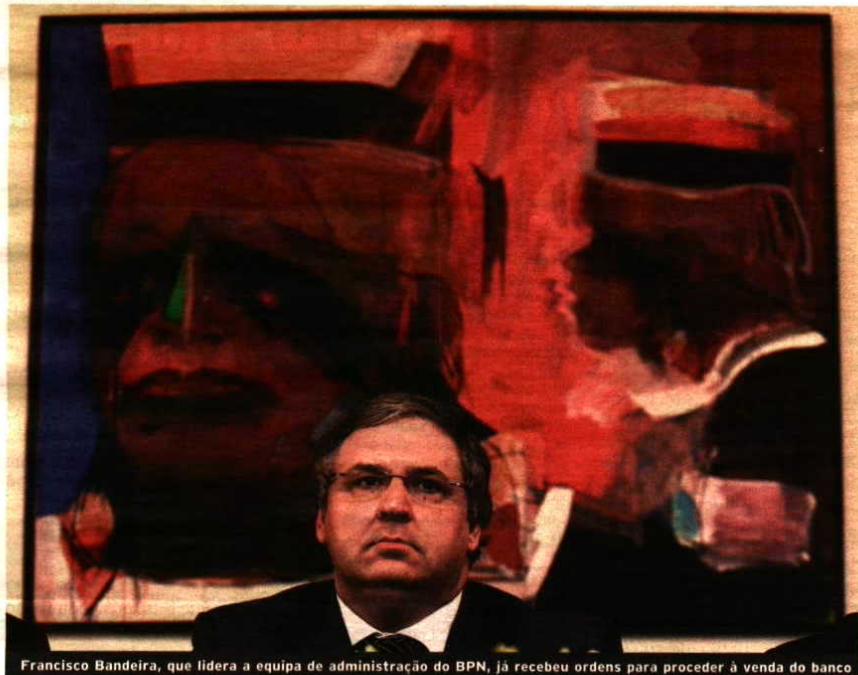
a importância de um quadro penal "mais ágil, mais célere e com penas maiores".



Crimes dos banqueiros vão dar direito a cinco anos de prisão efectiva

A partir de hoje, os crimes financeiros serão alvo de coimas mais pesadas com valores que podem atingir os cinco milhões. Outros crimes, como a recepção ilícita de depósitos, vão dar pena de prisão até cinco anos. As novas leis penalizam casos como o BPN e BPP. **P2-3**

Paulo Figueiredo



Francisco Bandeira, que lidera a equipa de administração do BPN, já recebeu ordens para proceder à venda do banco

‘Bad bank’ para o caso BPN não gera consenso

Vítor Constâncio sugeriu um banco. Ministro das Finanças não subscreveu.

RUI BARROSO rui.barroso@economico.pt

O governador do Banco de Portugal mencionou a hipótese. O ministro das Finanças desaconselhou-a. A criação de um “bad bank” para absorver os activos que pesam no balanço do BPN não aparenta ser uma solução consensual.

“Só quando se constituir o mau banco é que se saberá quanto é que o Estado perdeu realmente”, referiu Vítor Constâncio na comissão de inquérito à nacionalização do BPN. No entanto, três dias depois, Teixeira dos Santos afirmou que “o modelo concreto de privatização não está definido, mas não é obrigatório ser criado um ‘bad bank’”. O responsável pela pasta das Finanças defendeu que esta solução não era aconselhável, apesar de admitir que pode “haver segregação de activos, mas isso não tem de ser através da criação do ‘bad bank’”.

determinada instituição. O valor da compra e a extração de maus activos ajuda a aliviar as pressões de capital do banco. Dos exemplos existentes (ver texto ao lado) a gestão pode ficar a cargo ou de privados ou por uma entidade governamental. Outra alternativa passa pelo banco em questão constituir o seu próprio “bad bank”. “A criação de um veículo ou banco que acumule os “maus” activos de uma instituição em más condições por causa desses activos, vai permitir que estes deixem de contaminar todas as restantes operações da instituição e esta, recapitalizada

O BCE e a Comissão Europeia incluíram nas medidas de combate à crise a criação de “bad banks”.

se necessário, possa continuar a desempenhar a sua função”, afirmou a economista-chefe do BPI, Cristina Casalinho.

Apesar do “bad” no nome, esta solução já foi utilizada com sucesso no passado, tanto para resolver problemas do sistema financeiro como um todo, como para recuperar bancos específicos. No entanto, Cristina Casalinho referiu que “tradicionalmente, a criação de “maus bancos” esteve associada à reestruturação integral de sistemas financeiros”. Nas directivas dadas pela União Europeia e pelo BCE aos países-membros sobre como lidar com a crise financeira está contemplada a criação de “bad banks”. Uma das soluções referidas em Fevereiro pela Comissão Europeia era “comprar-se os maus activos e colocá-los em “bad banks centralizados”.

No entanto, a criação de “bad banks” levanta algumas questões, como a da avaliação dos activos, as possíveis perdas decorrentes da operação e até uma questão de imagem. ■

As vantagens e os riscos de se criar um banco “mau”

O conceito de “bad bank” já foi utilizado com sucesso em vários países. Mas os especialistas contactados pelo Semanário Económico alertam para alguns riscos que esta solução acarreta.

1. O QUE É UM ‘BAD BANK’?

É uma entidade ou um veículo para onde são transferidos os activos de má qualidade que pressionam as bases de capital de um determinado banco. O objectivo é tornar as instituições com problemas novamente saudáveis e competitivas, evitando que continuem a ter prejuízos e a colocar pressão no sistema financeiro.

2. QUAIS AS VANTAGENS DE SE CONSTITUIR UM “BAD BANK”?

Para o economista-chefe do Unicredit, Marco Annunziata, a principal vantagem “é tirar os activos com mau desempenho do balanço dos bancos existentes e substituí-los por bons activos, colocando-os em posição de retomarem a concessão de crédito aos particulares e às empresas. Com os balanços limpos, os bancos terão ainda mais facilidade de se financiarem”. Já a economista-chefe do BPI, Cristina Casalinho, refere que “a vantagem em criar o banco ou veículo é identificar os activos problemáticos, separando-os dos restantes, tentando-lhes encontrar uma solução adequada para os maus activos e para os bons. No confronto entre bons e maus, também se decide se vale ou não a pena salvar a organização”.

3. QUAIS OS RISCOS DESTA SOLUÇÃO?

Um dos riscos reside no valor a que são comprados os activos de má qualidade que serão transferidos para o “bad bank” e a forma mais correcta de os avaliar. Se a avaliação for feita a um preço muito elevado, existe o risco de perdas para o Estado, caso este suporte a operação através de, por exemplo, financiamento ou garantias. Outro dos riscos prende-se, de acordo com Annunziata, em conseguir-se “identificar os activos com mau desempenho ou tóxicos”. Existe ainda, segundo o especialista, a questão de “alocar fundos públicos suficientes para substituir os maus activos e recapitalizar os bancos existentes”. Já a economista-chefe do BPI, Cristina Casalinho, afirmou que “este veículo ou banco só cumprirá a sua

função se for autonomizado do banco original, se for alienado. Só faz sentido criar este tipo de estruturas se se conseguir aliená-las e se os activos de boa qualidade forem suficientes para assegurar, com possível auxílio limitado, a sobrevivência da organização”.

4. O MODELO JÁ FOI UTILIZADO?

Vários países já recorreram ao “bad bank” ou veículos destinados a limpar activos problemáticos, alguns no decurso da actual crise. O caso mais paradigmático é o sueco. Nos anos de 1992/1993 os bancos em dificuldades foram obrigados a separar os bons dos maus activos. Estes últimos ficaram a ser geridos por duas empresas de gestão de activos. Já nos EUA foi criada uma sociedade governamental que ficou com maus activos de várias instituições financeiras consideradas insolventes no decurso da crise dos “savings and loans” (1989-1993). Regressando à Europa, a França patrocinou na década de 90 um “bad bank” para comprar e liquidar os activos problemáticos do Credit Lyonnais. Poucos anos depois, na Itália, o Banco di Napoli foi separado em dois, com uma entidade a ficar com os maus activos e outra com os bons. Já durante a actual crise financeira, a Suíça criou um fundo para absorver activos tóxicos do UBS, ao mesmo tempo que recapitalizou a instituição. Na Alemanha, o governo criou uma espécie de “soft bad bank” para limpar os activos problemáticos de bancos regionais.

5. OS EXEMPLOS DO PASSADO FORAM BEM SUCEDIDOS?

De acordo com um relatório da Comissão Europeia, o caso sueco foi bem sucedido, isto porque as autoridades financeiras criaram regras rígidas para os bancos calcularem as perdas potenciais relacionadas com os activos a transferir para o “bad bank”. Como a avaliação foi bem feita, aqueles activos continuaram a ser negociados e uns anos depois, as gestoras conseguiram obter lucros, repartidos com o Estado, que compensaram o dinheiro injectado. No caso do Credit Lyonnais e do Banco di Napoli as instituições foram recuperadas, acabando por ser privatizadas. A Comissão referiu que nestes casos “não houve no imediato despesas adicionais para a compra dos activos para além da provisão de capital para os bancos”. ■



Banco mau

A criação de um veículo para transferir os maus activos do BPN divide os decisores.

BPN

Administração de Francisco Bandeira inicia venda do BPN

Com a "luz verde" do Governo, o dossier da privatização pode ficar pronto este mês.

MARIA ANA BARROSO maria.barroso@economico.pt

A administração do Banco Português de Negócios (BPN), liderada por Francisco Bandeira, já está a trabalhar na definição do processo de venda da instituição. O dossier poderá ficar pronto ainda este mês.

O ministro das Finanças confirmou quinta-feira no Parlamento o que já se esperava. O BPN é para privatizar e o Governo deu já instruções à equipa de gestão do banco para iniciar a alienação.

Duas importantes questões estão ainda por esclarecer. Que método irá utilizar a administração para limpar o BPN do seu actual buraco financeiro, de cerca de 1,6 mil milhões de euros. E que fórmula irá ser escolhida para concretizar a venda.

A reprivatização do BPN poderá não ter de passar, necessariamente, por um processo de privatização. Apesar de estar abrangida pela lei das privatizações, a venda poderá passar, em alternativa, por um formato de concurso público.

Por definir está também o desenho que a administração de Francisco Bandeira irá encon-

trar para limpar o banco das perdas, preparando-o assim para a venda, e para minimizar o prejuízo para o Estado.

A criação de um veículo que agregue os "maus activos" do BPN parece ser bastante provável. A entidade que ficará a gerir esse veículo trabalhará depois na sua valorização e posterior alienação. Mais do que isso, o governador do Banco de Portugal falou mesmo, no Parlamento, na criação de um 'bad bank' (ver também página 32). Mas o ministro das Finanças quis deixar claro na quinta-feira que o formato não terá de ser necessariamente esse.

Esta hipótese em análise será conjugada com a alienação do banco. Conforme adiantou o secretário de Estado do Tesouro e Finanças esta semana ao Diário Económico, o Governo quer ter este processo pronto ainda este mês.

Os interesses conhecidos na compra do BPN resumem-se até agora a duas entidades, tendo em conta apenas as manifestações públicas já conhecidas. O Montepio Geral é um dos interessados juntamente o grupo detentor da DomusVenda, que compra e gere crédito vencido.

BPN BRASIL E BPN FRANÇA MAIS AVANÇADOS

Independentemente do BPN, a venda de outros activos pode acontecer em paralelo, sem estar sujeita à lei das privatizações. É isso que está já a acontecer.

O BPN Brasil e o BPN França são os activos nacionalizados com o BPN "em fase mais adiantada de alienação", adiantou Teixeira dos Santos esta semana. O ministro das Finanças referiu ainda que o processo de venda do Banco Efisa "foi iniciado mais recentemente".

Tal como Diário Económico avançou esta semana, Abdool Vakil continua interessado na compra do Banco Efisa, instituição a que actualmente preside. ■

> CONTAS DO BPN

Prejuízos

Dezembro de 2008

575,2 ME

Capitais próprios

Dezembro de 2008

-1,6 mil M€

Imparidades no crédito

Dezembro de 2008

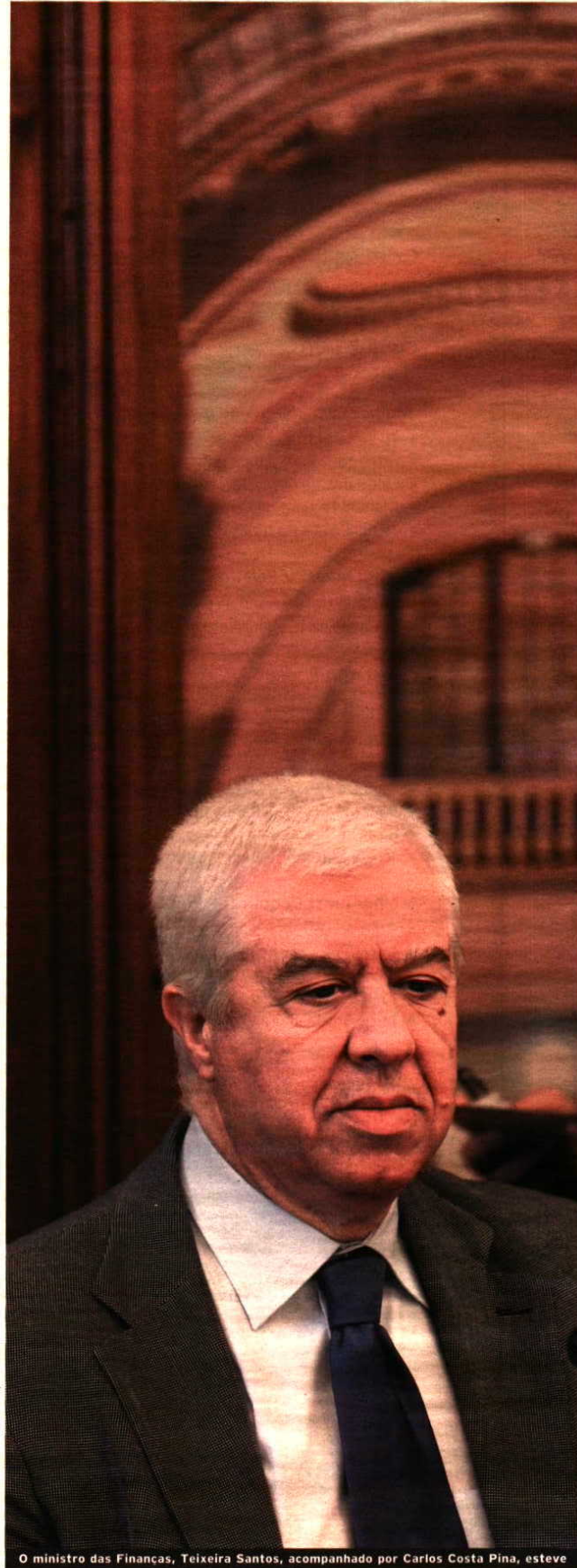
1,47 mil M€

Crédito oculto ao Insular

Dezembro de 2007

783,9 M€

Paulo Alexandre Coelho



O ministro das Finanças, Teixeira Santos, acompanhado por Carlos Costa Pina, esteve

O formato escolhido para vender o BPN e o veículo a usar para limpar o banco do seu buraco financeiro são as questões ainda em aberto.

Lágrimas, 'striptease' e campanha política na comissão de inquérito

Seis meses de comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN terminaram quinta-feira, com o ministro das Finanças.

MARIA ANA BARROSO
maria.barroso@economico.pt

Cinquenta e cinco audições e seis meses de comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN teriam mesmo de ter um pouco de tudo. Muitas acusações, sobretudo ao governador do Banco de Portugal, alguns lamentos, as "lágrimas" de Dias Loureiro - que teve de abandonar o Conselho de Estado - e também alguma campanha política. A comissão teve alguns protagonistas, como Nuno Melo, do CDS-PP, e diz-se mesmo que a subida do partido nas eleições europeias resultou também desse trabalho.

Oliveira Costa chamou Joaquim Coimbra de "palermão", Constâncio disse que Nuno Melo era um "ignorante", Coimbra

ocultação de perdas e para a concessão de crédito a um conjunto de empresas.

Mas se é certo que a comissão de inquérito permitiu desvendar alguns detalhes do que terão sido as alegadas fraudes cometidas pela gestão de Oliveira Costa, ela falhou, até ver, um dos seus principais objetivos. O de abalar a supervisão bancária e pôr em causa o seu principal responsável, o governador do Banco de Portugal.

Vítor Constâncio deixou, no entanto, claro na sua audição que não cede a pressões dos deputados. E o ministro das Finanças - a quem cabe verdadeiramente decidir sobre quem deve estar à frente do cargo de governador do Banco de Portugal - deixou esta semana palavras de apoio a Constâncio, defendendo que não estava nas mãos da supervisão conseguir mais.

Ainda assim, Teixeira dos Santos adiantou que no futuro, e face ao que se aprendeu com estes casos, "temos de ser menos pacientes e ser, de facto, mais pressionantes sobre as instituições". ■

AS AUDIÇÕES DETERMINANTES

JOSÉ DE OLIVEIRA COSTA

Começou sério e contido mas, três horas e 56 páginas depois, já gracejava, insultava antigos colegas de administração e accionistas e lançava piropos às jornalistas. Utilizou, quando achou útil, o estatuto de arguido, negou ter praticado irregularidades e disse mesmo nem saber como se faz uma sociedade 'offshore'. E acabou por dar o golpe de misericórdia final que levou à saída de Dias Loureiro do Conselho de Estado. Já passava da meia-noite quando saiu da AR.

DIAS LOUREIRO

Também o antigo ministro de Cavaco Silva disse ter sido perseguido. Dias Loureiro tentou passar a imagem de que tentou denunciar que algo de errado se passava no BPN ao Banco de Portugal. O antigo administrador do supervisor, António Marta, desmentiu-o e num jogo em que é a palavra de um contra a de outro. Manuel Dias Loureiro saiu "queimado". Foi a única "vítima" até agora da comissão parlamentar de inquérito e teve mesmo de abandonar o Conselho de Estado.

VÍTOR CONSTÂNCIO

Grande alvo da comissão parlamentar de inquérito, o governador do Banco de Portugal foi confrontado de todas as formas e feitios, com pormenores ou perguntas mais gerais. Sem conseguir convencer os deputados, negou sempre ter falhado na supervisão bancária ao BPN. E acusou alguns dos partidos de terem tratado melhor alguns dos suspeitos de irregularidades do que o próprio Constâncio. Com um objetivo: a "perseguição política".

MIGUEL CADILHE

O ex-presidente do BPN disparou em quase todos os sentidos. Criticou o Governo por ter lançado "a bomba atómica e avançado com a nacionalização do banco, apontou falhas à supervisão do Banco de Portugal e lembrou as irregularidades cometidas pela administração anterior. Mais do que acusar a supervisão, admitiu, que quando assumiu funções "não sabia da situação do banco: sabia que havia problemas sérios, mas não sabia da densidade, do carácter sistemático de práticas evasivas e de negócios ruinosos".

Os deputados "pediram a cabeça" de Vítor Constâncio mas não conseguiram fazê-la rolar.

disse que ouviu BI e percebeu bilhete de identidade, em vez de Banco Insular, o governador foi apelidado de "incompetente" e Rui Pedras disse que a equipa de Cadilhe fez 'striptease' com a supervisão.

Animação à parte, nas várias centenas de horas de audições, foi possível traçar o modelo de gestão praticado ao longo de vários anos no grupo, a relação de crispação entre o seu líder e os accionistas, sobretudo o grupo dos "quatro" que acabou por ditar o afastamento de Oliveira Costa.

O documento "Estado da Nação" ou as práticas irregulares como os levantamentos em numerário ao balcão para pagar a colaboradores, ou até mesmo o elevado número de 'offshores' foram revelações feitas aos deputados. Este banco provou estar no centro de um alegado conjunto de fraudes em que o Insular - juntamente com o chamado "balcão virtual" - foram utilizados para a



Parlamento para falar sobre o caso BPN.



Caso BPN

A privatização do BPN
pode ficar pronta este
mês, após a luz verde
de Teixeira dos Santos.

Avaliar Portugal

“Cavaco deve ter a coragem de definir um governo”

Fórum “Avaliar Portugal” debateu a ingovernabilidade do país. Júdice foi mais longe que os outros e pediu um governo de iniciativa presidencial.

MÁRCIA GALRÃO marcia.galrao@economico.pt

Esqueçam a crise, esqueçam os investimentos públicos, relativizem as diferenças ideológicas dos partidos. O que vai mesmo marcar a próxima campanha eleitoral é a governabilidade do país e dela dependem todas as soluções para as premissas anteriores. Perante um cenário de minoria que se avizinha como quase certo, o factor chave é perceber como é que os políticos vão resolver a questão.

No primeiro Fórum “Avaliar Portugal” com Alexandre Relvas, Correia de Campos, Augusto Mateus, José Miguel Júdice e Luís Mergulhão, o tema central foi mesmo esse: qual a melhor solução para garantir a governabilidade? Do lado do PS e do PSD a mensagem continua a ser a de pedido de maioria. Mas o ex-ministro da Saúde dos socialistas Correia de Campos “admite todos os cenários, até uma maioria do PSD”, do lado dos social-democratas Alexandre Relvas admite, logo à partida, que o PSD está “disponível para uma alternativa parlamentar ou governativa com o CDS”.

Um cenário de Bloco Central é unanimemente rejeitado à partida. Diz Júdice que “Manuela Ferreira Leite despreza Sócrates, acha-o reles; e Sócrates acha que ela é infrequentável”. Perante duas personalidades tão antagónicas, a hipótese de os dois partidos se entenderem com estes protagonistas é vista como impossível. Mas Correia de Campos deixa uma ressalva ao raciocínio: “Pode haver um agravar da crise que obrigue a essa solução”.

José Miguel Júdice vê uma terceira hipótese: “O Presidente da República assumir um governo de salvação nacional e ir buscar o PCP”. Até porque o

advogado não acredita na viabilidade de um governo minoritário. “Não vai conseguir fazer nada e adia o país para as presidenciais. Aí Cavaco deve ter a coragem de definir um governo e presidencializar o sistema. E se perder, será para Alegre e esse fará com certeza um governo de esquerda.”

Uma coisa é certa, diz Augusto Mateus, “estas serão as eleições mais dominadas pela incerteza desde o 25 de Abril”. Perante este cenário, acentuado pelo crescimento da extrema-esquerda nas últimas eleições europeias, Luís Mergulhão acredita que as legislativas vão ter “elevados níveis de participação”. Tudo porque “os portu-

gueses percebem o que são coligações ou governos maioritários e, embora gostem de estabilidade, também gostam de alternância”.

E o que significa o aumento do peso da esquerda? Relvas considera que tem que ver com a desconfiança em relação à política, centrada em casos que envolvem personalidades dos grandes partidos, como BPN ou o BPP, e também com os elevados níveis de pobreza. E se para alguns este fenómeno assusta, Augusto Mateus garante que não há razões para tal, até porque “não é possível governar sem um elemento de tensão com forças que, no fundo, não querem governar”.

Com esquerda ou sem ela, o certo é que o país precisa de “renovação política”. Todos os membros do painel do Semnário Económico concordam que os portugueses estão desligados da política por não acreditarem nos líderes e por estarem fartos de ver sempre as mesmas caras. Júdice defende que é preciso eliminar os caciques partidários e chamar para o sistema uma elite esclarecida sem ligações aos partidos. Uma visão que Alexandre Relvas rejeita, embora concorde que é preciso “renovar as personalidades e as propostas”. Usando a sua experiência à frente do Instituto Sá Carneiro, Relvas sublinha, ainda assim, a dificuldade de chamar para os partidos novos valores. “Quando lhes pedimos para dar o passo de entrar para as estruturas, a maioria não quer”.

No final, deixam um recado à quem quiser vencer as legislativas: é preciso apresentar aos portugueses propostas concretas e passíveis de serem levadas à prática. ■

Rui Ochoa / Expresso



O último governo de iniciativa presidencial de Ramalho Eanes, liderado por Maria de Lurdes



Sistema político sem capacidade para resolver crise

Grandes projectos de investimento não são solução. Alexandre Relvas pede, ao invés, contas públicas sãs.

ALEXANDRA DE ALMEIDA FERREIRA
alexandra.ferreira@economico.pt

O partido que vencer as próximas eleições legislativas vai receber um presente envenenado: a maior crise económica desde a Segunda Guerra Mundial. Até que ponto é que uma resposta à recessão virá do próximo Governo não reúne consenso entre o o painel de oradores do Fórum do Semnário Económico, Pensar Portugal. “Não acho que o sistema político tenha força para produzir uma solução para esta crise social e económica. A solução tem de vir da sociedade para o sistema político”, afirma o economista Augusto Mateus.

Já são poucos os que discutem uma estratégia para fazer Portugal sair da crise. O debate, agora, é sobretudo sobre a capacidade do próximo Governo para preparar Portugal de forma a apanhar esse comboio e inverter a divergência do país com os outros Estados-membro. E, neste contexto, a discussão em torno do TGV é desvalorizada.

“Temos um problema de reposicionamento na Europa e no mundo. A solução está no que eu chamo de investimentos inteligentes, que não se baseiam numa lógica de oferta”, defendeu Augusto Mateus, ex-ministro da Economia de António Guterres. O ex-governante, referindo-se ao plano das grandes obras públicas do Governo, diz haver o “risco de darem uma preferência errada ao nacional, à infra-estrutura e, uma vez mais, a uma aposta em bens não transaccionáveis”.

Augusto Mateus junta-se, assim, ao coro de economistas, que defendem que o único caminho possível é o da internacionalização. Para isso, “investimento em regeneração urbana, alteração do modelo energético, plataformas logísticas, banda larga”, são opções que podem colocar Portugal numa posição de vantagem para aproveitar um novo ciclo económico, defende o economista. Ao contrário, apostar em infra-estruturas, é fazer investimentos que “só produzem resultados, por exemplo no emprego, enquanto estão a ser realizadas as obras”. Cada investimento tem de ser analisado do lado da procura, diz o economista. “Se va-


mos fazer um porto ou uma plataforma logística, a pergunta que temos de fazer é ‘com quem’. Com Singapura? Quem é que vai utilizar essas infra-estruturas?”.

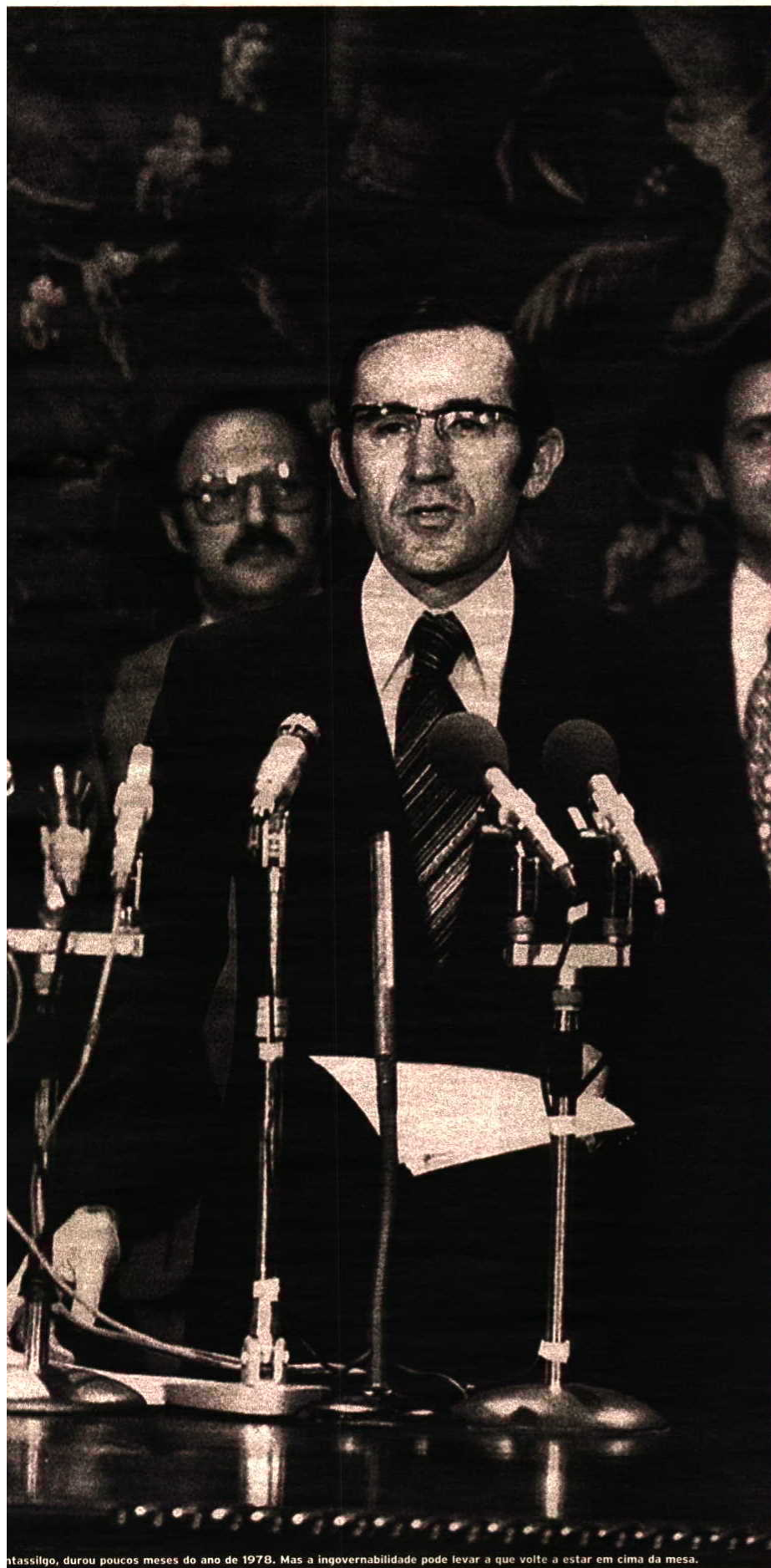
Outro aspecto salientado pelo painel do Fórum Avaliar Portugal é a falência do motor de crescimento económico que é o consumo das famílias. Luís Mergulhão, presidente executivo da Omnicom Media Group, diz que “o consumo privado não vai ser a saída para a crise, num contexto de aumento do desemprego. Esse motor vai ser o investimento público”. A discussão do TGV está, por isso, diz Mergulhão, “desvalorizada se pensarmos nas injeções de dinheiro que o Estado teve de fazer na banca, para esta não colapsar. Isto acaba por fazer com que o TGV tenha um valor mais relativo para o cidadão, coloca-se apenas para efeito de agenda política”. Para o especialista, “o debate só vingará se apresentar propostas razoáveis do ponto de vista do eleitor e não é claro o impacto que os grandes projectos vão ter na sua vida no curto-prazo e assustar os encargos futuros”.

É neste contexto que Alexandra Relvas, empresário ligado ao PSD, dá um passo em frente no debate dos grandes projectos de investimento e diz que o grande tema para o próximo Governo é o da consolidação orçamental. ■

“

O debate das grandes obras só vingará se mostrar propostas razoáveis do ponto de vista do eleitor. Não é claro o impacto que vão ter na sua vida no curto-prazo e assustar os encargos futuros, alega Luís Mergulhão.

Veja o vídeo 
Siga todas as intervenções em www.economico.pt



ntassilgo, durou poucos meses do ano de 1978. Mas a ingovernabilidade pode levar a que volte a estar em cima da mesa.

Avaliar Portugal

CINCO CARAS PARA AVALIAR PORTUGAL

À mesa do pequeno-almoço no Pestana Palace, entre 'croissants' e meias de leite, o Semnário Económico juntou cinco destacadas figuras da sociedade portuguesa, do mundo empresarial à política, passando pelo marketing e à economia. O painel fixo para avaliar a situação do país, reuniu-se pela primeira vez, com a governabilidade do país e os grandes investimentos públicos na agenda. Após um resultado eleitoral que deu PSD e PS muito próximos e a extrema-esquerda em crescendo, a dúvida é agora quem estará em melhores condições para governar e em que circunstâncias. O Bloco Central é rejeitado, mas a governabilidade é mesmo o grande problema. Com a crise instalada no país, os oradores discutiram as melhores formas para ultrapassar as dificuldades e falaram da importância ou não dos grandes investimentos públicos para superá-las. Num ponto todos concordam: Portugal tem que ser cauteloso e não cometer os mesmos erros do passado. De qualquer forma, ninguém acredita que reste muito tempo para alterar o estado de coisas nesta legislatura e a necessidade será a melhor arma para iniciar a mudança. O papel que os políticos terão neste campo é essencial, mas o cenário traçado pelos membros do painel foi negro. Da instabilidade à falta de renovação política, muitos foram os problemas apresentados ao actual sistema que rege Portugal.

1. ALEXANDRE RELVAS QUER OUTROS INVESTIMENTOS

Alexandre Relvas tem uma visão para Portugal bém diferente da actual e é essa visão que quer deixar no programa de Governo do PSD. O social-democrata defende outros investimentos, segundo ele bem mais necessários e passíveis de serem enquadrados na actual situação do país: "Recuperação dos portos, reconfiguração das linhas ferroviárias existentes para a bitola europeia, requalificação urbana". Para Relvas, Portugal não tem como acomodar os 20 mil milhões de euros de grandes investimentos previstos por Sócrates e é por isso que "o PSD pediu razoabilidade ao Governo". A três meses da escolha de um novo Governo, e apesar de Sócrates manter intacta a sua legitimidade, como reconhece, os tempos são de cautela e "há projectos que podem ser reavaliados e pensados noutra altura mais favorável". No futuro, acredita que a grande questão será a "consolidação orçamental", uma vez que Portugal não pode continuar a "endividar-se externamente, como acontece desde 1996". Neste ponto, Relvas discorda que se centre a política na redução da despesa pública e considera que a "obsessão dos próximos anos devem ser as empresas, a exportação e a competitividade". "Ha aqui um estado de necessidade", defende o empresário.

"O país não tem espaço para acomodar estes 20 mil milhões de euros de investimento".

2. JOSÉ MIGUEL JÚDICE PREVÊ CHOQUE TRAUMÁTICO

Pessimista quanto à probabilidade destes partidos políticos, com estes agentes, serem capazes de alterar a situação em que o país se encontra, José Miguel Júdice defende que Portugal tem que passar por um "choque traumático, em que todos os portugueses vão ter que perder poder de compra". Desiludido com o sistema partidário, que diz estar no "nível mais baixo" de que se lembra, o advogado não acha possível reduzir o peso do PCP e BE nas próximas eleições e acredita que o "sistema vai aumentar a ingovernabilidade". A Cavaco pede coragem de intervir caso as eleições ditem um cenário de instabilidade, usando a sua força para presidencializar o regime. Aproveita ainda para deixar um recado no que toca às grandes obras públicas e às críticas que lhes tem sido feitas. Quando o Presidente pede cautela nos investimentos, "não nos esqueçamos que o fontista máximo dos nossos tempos foi Cavaco". Aos políticos pede que deixem de servir unicamente os seus próprios interesses e façam algum pelo interesse geral. Para Júdice "o cacique que tomou conta da política tem que ser varrido. Porque corremos um risco sério da total e absoluta indiferença das populações sobre quem nos governa".

"O cacique que tomou conta dos partidos tem que ser varrido do sistema".

1. Alexandre Relvas, empresário, é actualmente presidente do IPSD e um dos mais destacados colaboradores de Manuela Ferreira Leite.

2. José Miguel Júdice, advogado, é uma figura de destaque da sociedade portuguesa. Antigo bastonário da Ordem dos Advogados, esteve no PSD mas afastou-se da política.

3. Ex-ministro da Economia de Guterres, Augusto Mateus é um economista de referencia na sociedade portuguesa.



4.
Luis Mergulhão, CEO da Omnicom Media Group, empresa de serviços de média da Omnicom, líder mundial em publicidade, marketing e comunicação.

5.
Recentemente eleito eurodeputado pelo PS, Correia de Campos foi ministro da Saúde já durante este Governo. É apoiante das políticas de Sócrates.

3.
AUGUSTO MATEUS DIZ QUE CONTAS PÚBLICAS ESTÃO HIPOTECADAS

"Não acho que o sistema político tenha força para produzir uma solução para esta crise económica e social", diz Augusto Mateus, um crítico das grandes obras e defensor do que chama de investimentos inteligentes. Para o economista, o grande desafio é munir Portugal de condições para beneficiar em pleno do novo ciclo. Por isso defende a aposta na reabilitação urbana e plataformas logísticas feitas em colaboração com os parceiros que as vão utilizar, de forma a garantir a rentabilidade desses investimentos. Para Augusto Mateus, "Portugal está no grupo dos países mais vulneráveis que cometeu erros no passado, com despesas avultadas em bens não transaccionáveis e que comprometeram as finanças desses países por muitos anos". O economista defende que a única possibilidade sustentável para Portugal é a internacionalização. Mas há uma oportunidade nesta crise: "Faz sair do mercado as empresas que sempre resistiram com dificuldades e abre mercado para outras que, entretanto, apareçam". O desemprego "que deverá atingir os dois dígitos" e a "desvalorização do rendimento dos que saem da vida activa" são outros dos problemas estruturais do país.

"Não acho que o sistema político tenha força para produzir uma solução para esta crise".

4.
LUÍS MERGULHÃO PEDE PROPOSTAS RAZOÁVEIS

Depois de umas eleições europeias com uma taxa de abstenção superior a 60%, Luis Mergulhão prevê "níveis muito elevados de participação nas próximas eleições" e diz que "vamos assistir à maior votação de sempre no PS e no PSD". Mas o debate político, acrescenta, "só vingará se apresentar propostas razoáveis do ponto de vista dos eleitores". E, por isso, não deixando de reconhecer que o único motor de crescimento possível em tempo de crise é o investimento público, desvaloriza a discussão em torno dos grandes projectos de investimento e do TGV em particular. "Não é claro o impacto que os grandes projectos de investimento têm na vida dos cidadãos no curto prazo e assusta-os os encargos futuros", sustenta Mergulhão, dizendo que "está tudo em aberto no processo de tomada de posição dos eleitores". A proposta política para o futuro, defende, tem de estar centrada em acções concretas: recuperar a confiança dos consumidores, fomentar o consumo privado, apostar no investimento público e dar estabilidade ao tecido empresarial.

"Não é claro o impacto que os grandes projectos têm na vida dos cidadãos a curto prazo".

5.
CORREIA DE CAMPOS ATACA DEMAGOGIA DO BLOCO

"O Bloco de Esquerda é uma máquina de recolha de rejeitados". Com este argumento Correia de Campos desvaloriza o peso ganho pelo partido de Louçã nas eleições europeias e deixa-lhe uma pergunta: "O que quer fazer com o seu peso eleitoral?". O ex-ministro da Saúde só encontra argumentos negativos no discurso dos bloquistas, "que achava já serem do campo do absurdo". Quanto à força do PCP, nem as manifestações convencem o ex-ministro socialista, lembrando que "representam grupos de interesse": "Quando olhamos para as pessoas vemos que são reformados, pessoas com tempo livre, que querem vir a Lisboa por uma quantia módica". Quanto à crise e aos grandes investimentos previstos pelo Governo, o ex-ministro não aceita qualquer argumento que conteste a sua legitimidade e considera a questão uma mera "arma de arremesso político". Correia de Campos fala mesmo em "demagogia" quando se questiona os grandes investimentos previstos como o TGV e sublinha que é "impensável atrasar adjudicações", embora reconheça que quando não há ainda vencedor, como é o caso do primeiro troço, "não se adjudica em três meses".

"O Bloco de Esquerda é uma máquina de recolha de rejeitados".



As cinco figuras que avaliam Portugal

Fórum “Avaliar Portugal” mostra como se governa o país sem maioria

Perante um cenário de minoria que se avizinha como quase certo e com o país a debater as grandes obras públicas, o primeiro Fórum “Avaliar Portugal”, promovido pelo Semanário Económico, aponta caminhos. **P12-15**



**Alexandre
Relvas**



**José Miguel
Júdice**



**Augusto
Mateus**



**Luís
Merquihão**



**Correia
de Campos**



Opinião

Raul Vaz

Jornalista

O último a saber

O BPN já foi muita coisa e, pelo que se vê, serviu para coisas ao alcance de singulares cabeças.

Ocasionalmente, terá sido um banco nas normas em que o mercado o reconhece. Agora, depois de ter servido de prato quente à política, é, oficialmente, um caso de polícia, na avalizada opinião do ministro das Finanças. E é. Mas é também um caso de supervisão, facto que qualquer ignorante alcança.

O ministro prefere alinhar na tese do governador e com isso não chega ao essencial: já ninguém leva a sério quem, por confessa ingenuidade, não levou a sério avisos e sinais. O que manifestamente continua por esclarecer, além do que vai sendo conhecido, pode resumir-se num pormenor: afinal para que serviu o encontro, em 2006, entre o administrador da SNL Manuel Dias Loureiro e o vice-governador António Marta? Dias Loureiro transmitiu “preocupações em relação à perseguição” ao banco por parte do supervisor, ou alertou para um “modelo de gestão pouco convencional”? Continuamos sem resposta. E isso faz toda a diferença para se poder avaliar a responsabilidade dos intervenientes no processo.

A questão conduz-nos, ainda numa curiosidade simples, ao insondável mundo da alta trifulhice. Como foi possível esconder tudo de todos durante anos? A dúvida dos deuses tem no ministro uma explicação terráquea: é como na vidinha, “o enganado é o último a saber”. E foi assim que a coisa se terá desenvolvido, num percurso alimentado pelas várias autoridades. “Só agora – diz o governador – há articulação entre a Procuradoria-Geral da República e o Banco de Portugal”. Só agora, no bom espírito da casa roubada...

Vítor Constâncio nunca foi homem para confrontos – uma “pantufada” de Soares chegou para o arrumar da chefia do PS. Confrontado com os acontecimentos no BPN, diz-se “alvo de uma campanha e perseguição política”.

Outra vez vítima. Outra vez na mira da atoarda. E agora, enquanto se irrita com a “ignorância” do universo político, diz que não foi negligente, foi apenas ingénuo. Pois foi. E essa é a primeira e última coisa que não se poderia ser contra quem toureava a supervisão.

Contas feitas, a calculadora do governador avalia o prejuízo em mil milhões de euros. Uma ninharia contra a eminência de uma falência, estimada pelo ministro em qualquer coisa como 17 mil milhões. O ignorante agradece. A ambos.

Está de volta a negociação do provedor de Justiça. Seria bom que, desta vez, PS e PSD tivessem vergonha e ganhassem juízo.



ID: 25615080

20-06-2009

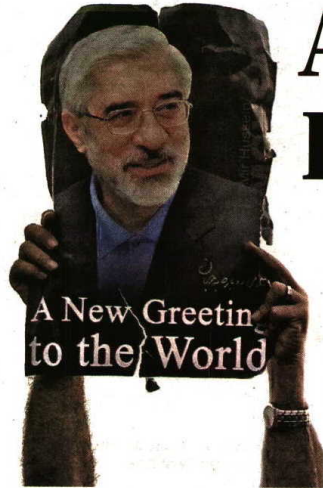
especial

Revolta. Há quase uma década que as cores ganharam uma nova dimensão política, tornaram-se por si pólo de mobilização e sinónimo de contestação. Não faltam exemplos de sucesso – da Ucrânia à Geórgia – e também de fracasso, como na Bielorrússia. Mas todas as cores ganharam contornos políticos e podem ser revolucionárias

A revolução pelo nome

Todas as revoluções têm bilhete de identidade, com nome próprio, da Revolução de Outubro à Revolução dos Cravos, das revoluções verdes à Revolução dos Cedros ou à Gloriosa Revolução

A BATALHA DAS CORES PELA MUDANÇA POLÍTICA



■ ABEL COELHO DE MORAES

O verde enche actualmente as ruas de Teerão como desde a transição do século outras cores têm preenchido as ruas das mais distintas cidades europeias e asiáticas, da Sérvia de Slobodan Milosevic à Tailândia de Thaksin Shinawatra e seus adversários e a Birmânia da eterna e toda-poderosa junta militar.

As cores transformaram-se num poderoso elemento para a mobilização em torno de objectivos políticos, tendo causado a queda de regimes, como na Geórgia e Ucrânia, levado multidões semanas a fio para as ruas de Banqueoc que na dura batalha política entre "amarelos" – os adversários de Thaksin, afastado por um golpe militar em 2006 – e os "vermelhos", os seus apoiantes.

Sinal primário e tribal de identificação, a cor tornou-se num dos símbolos da contestação popular, mesmo quando esta toma como bandeira um par de jeans, como sucedeu nas manifestações de 2006 na Bielorrússia, ou não fossem estas calças de trabalho um sinónimo de liberdade.

As "revoluções coloridas" – como entraram para a história, mesmo as falhadas, como na Birmânia ou no Azerbaijão de 2005, onde o verde foi também a cor da revolta – tornaram-se sinónimo de um processo de resistência e contestação a regimes autoritários ou corruptos. E de mudança.

Um processo que tem raízes no passado. São disso exemplo a "revolução de veludo" de 1989, na então Checoslováquia, que vai apressar o colapso do regime comunista local, ou – noutro plano – a "revolução verde" de Indira Gandhi, na Índia dos anos 60, ou a "revolução branca", do xá da Pérsia, também na década de 60. Se no primeiro caso, o resultado foi directa e imediatamente político – a mudança de regime; na Índia e na Pérsia, o objectivo visava promover a agricultura, no primeiro país, e transformar as estruturas económicas e sociais, no segundo caso, o que não deixaria de ter consequências políticas em qualquer dos dois. Com as cores, também o mundo pula e avança (às vezes). ■



Laranja.
A Ucrânia mudou de regime sem mudar a geopolítica regional

"A Ucrânia é um espaço decisivo no xadrez euro-asiático, é um elemento geopolítico essencial: a sua existência como Estado independente ajuda a transformar a Rússia", dizia, em 1997, Zbigniew Brzezinski, estratega da política externa dos democratas dos EUA. Em finais de 2004, esta tese vai ser sujeita à prova dos factos. E verifica-se uma mudança de regime na Ucrânia – mas a Rússia permanece igual a si própria. A 22 de Novembro de 2004, milhares enchem a principal praça de Kiev e durante três semanas aqui se sucedem as manifestações, assim como noutras cidades do país. Está em curso a "revolução laranja", que reivindicava a reposição da legalidade eleitoral, sob a forma da vitória de Viktor Iuchchenko, que ganhara as presidenciais ao candidato comunista Viktor Ianukovich. Os EUA envolveram-se activamente naquela que permanece como um caso de sucesso da contestação popular a regimes autoritários. Mas esta alteração da geopolítica regional (que nunca irá produzir o resultado antevisto por Brzezinski) traduz também as tensões internas na Ucrânia, que permanecem longe de resolvidas. ■



Rosa.
A derrota anunciada por uma flor na crise política da Geórgia

O processo de contestação é desencadeado após as eleições presidenciais de Novembro de 2003, cujo resultado foi manipulado, segundo a oposição. Eduard Chevardnadze, o homem do aparelho comunista e presidente após a desagregação da URSS, não admite a derrota e ameaça trazer os militares para as ruas. Mas as rosas que os manifestantes oferecem aos soldados vão revelar-se mais poderosas do que as ameaças de um Chevardnadze, cujo poder parece mais frágil a cada dia que passa. Quando Mikhail Saakashvili entra no Parlamento de Tbilissi, a 23 de Novembro, e aponta uma rosa a Chevardnadze, que discursava no hemiciclo, gritando-lhe que se demita, o poder estava a mudar de mãos. O velho dirigente comunista estava derrotado – é levado para fora da sala pelos seus guarda-costas. Saakashvili é triunfalmente eleito Presidente, com poderes reforçados, no início de 2004 e o seu partido ganha também as legislativas. Está instaurado um novo modelo de transição política na região – aqui, como sucede pouco depois na Ucrânia – em conflito com aliados de Moscovo. ■



Roxo.
O líder do Quirguizistão que abusou da fraude eleitoral

O regime de Askar Akayev era considerado um dos mais corruptos e autoritários das repúblicas da Ásia Central, quando uma série de manifestações contesta os resultados das legislativas de 2005, de que resulta um Parlamento dominado pelos aliados do presidente. Este pretende utilizar o Parlamento para rescruer a Constituição e perpetuar-se no poder. Pacífica no início, a contestação vai originar alguns surtos de violência na capital, Bichkek, e noutras cidades do país, envolvendo elementos das forças policiais e manifestantes da oposição. Akayev acaba por abandonar o cargo e o país, refugiando-se no Cazaquistão. O movimento revela duas realidades não forçosamente coincidentes: por um lado, a fraude eleitoral mobiliza parte importante da sociedade civil num país da Ásia Central; por outro lado, os movimentos apoiados por ONG europeias e americanas encontram naquele facto – e, no caso do Quirguizistão, com um possível "risco islâmico", a pesar nos cálculos de Washington – espaço de manobra para intervir e influenciar a direcção política num país predominantemente muçulmano no pós-11 de Setembro. ■





REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

• Assinala o fim da monarquia russa, em 1918. Consagra os bolchevistas no poder, após um período de guerra civil

REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

• Marca a queda do regime do Estado Novo, em 1974, e a instauração da democracia em Portugal

REVOLUÇÃO VERDE

• De conteúdo ideológico, como na Líbia do coronel Kadhafi, a processo de modernização, como na Índia, o verde é a cor da esperança

REVOLUÇÃO DOS CEDROS

• Manifestações que exigiam a retirada síria do Líbano após o assassinato de Rafic Hariri, em 2005



REVOLUÇÃO GLORIOSA

• Derrube do rei Jaime I e a confirmação do carácter parlamentar da monarquia britânica, em 1688



O verde iraniano.

Manifestação em Teerão de apoiantes de Mir Hossein Mousavi, o candidato derrotado nas presidenciais de dia 12. Cor do islão, o verde tornou-se o registo cromático do desafio à ortodoxia e sector conservador do regime. Saber-se-á nos próximos dias qual o destino desta vaga de contestação, mas o verde iraniano ficou já inscrito para a história das revoltas cromáticas de conteúdo político da última década, como precursora de mudança ou da vitória do poder vigente. ■



Amarelo.

Tensão social e manipulação de votos na capital da Mongólia

O exemplo do Quirguizistão inspira uma vaga de protestos em Ulan Bator, a capital da Mongólia, após as legislativas de 2004, cujos resultados vão forçar um Governo de coligação entre o partido do poder, o MPRP, e o partido Democrático, principal representante da oposição. Empunhando bandeiras amarelas ou envergando camisolas ou lenços amarelos, os partidários manifestam-se na capital, gritando palavras de ordem contra a corrupção e saudando o "exemplo quirguize". A colaboração entre os dois partidos não se prolonga no tempo, verificando-se uma crise em 2006, que determina o regresso do MPRP ao Governo e nova vaga de manifestações da oposição, unida em torno da cor amarela. Em 2008, a vitória do MPRP nas legislativas desencadeia uma violenta onda de protestos, que força a imposição do estado de sítio, após o assalto à sede daquele partido na capital.

MONGÓLIA
População: 3,04 milhões
Área: 1 564 116 km²
Religião: Lamaísmo (50%), cristianismo (6%) e sem religião (40%)
Língua: Mongol e russo

As presentes clivagens políticas indicam estar em curso uma mudança na sociedade da Mongólia, devido ao fim da ajuda russa, que forçou um programa de privatizações, além de uma discreta competição entre Moscovo e Pequim na região. ■



Açafraão.

Quando os monges da Birmânia desafiaram a junta militar

Nos últimos dias de Setembro de 2007, a junta militar no poder na Birmânia parecia vacilante. Durante uma semana, milhares de monges budistas, com os tradicionais hábitos cor de açafraão, e a população de Rangum vieram para as ruas protestarem contra o fim dos subsídios aos combustíveis. Estava em curso a "revolução açafraão", que capitalizava a má conjuntura económica interna, na origem de protestos desde Abril. A actuação dos monges, num país profundamente budista, pareceu causar apreensão entre os militares. Mas a 25 de Setembro, camiões militares com megafones percorrem as ruas de Rangum e outras cidades do país, proclamando que "ninguém deve participar em manifestações; serão tomadas medidas contra quem violar a ordem". No dia seguinte, a repressão é implacável e decisiva. As manifestações continuam, mas são reprimidas; templos ligados à contestação são assaltados pelos militares e detidos centenas de monges. Torna-se claro que a "revolução açafraão" não fará cair a junta. Pelo contrário, esta parece mais forte a cada processo de contestação – interna e externa – de que é alvo. ■

As presentes clivagens políticas indicam estar em curso uma mudança na sociedade da Mongólia, devido ao fim da ajuda russa, que forçou um programa de privatizações, além de uma discreta competição entre Moscovo e Pequim na região. ■

BIRMÂNIA
População: 50,7 milhões
Área: 676 552 km²
Religião: Budismo (89%), Cristianismo (4%) e Islão (4%)
Língua: Birmanês, línguas indígenas



SAGRES BOHEMIA
Sabor responsável

**OS TESTES COMPROVARAM O QUE O SEU PALADAR
JÁ SABIA: BOHEMIA TEM MAIS SABOR.**

Seja responsável. Beba com moderação.

Torne qualquer refeição numa ocasião especial

Económico

semanário

SÁBADO 20 DE JUNHO 2009 | Nº 1171 | PREÇO (IVA INCLUIDO): CONTINENTE 2,50 EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA | DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CÁVALHO

João Lobo Antunes faz a apologia do exemplo

Opinião Outlook P11

Brisa vai criar nova geração de auto-estradas inteligentes

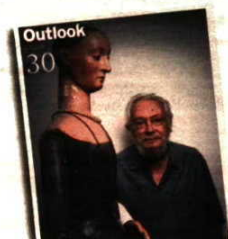
O novo sistema poderá antecipar travagens bruscas ou acidentes e ser auto-suficiente em energia. P22

O que está em causa na renovação do Terreiro do Paço

Ninguém está de acordo com a obra e o ACP interpôs uma providência cautelar. Saiba porquê. P38

Economia espanhola afunda-se cada vez mais na crise

Espanha vai ter uma recessão superior à média europeia e é o maior cliente das nossas exportações. P42



Júlio Pomar explica por que seria incapaz de retratar o actual Presidente. No **Outlook** conheça ainda uma escola de joalheiros onde se criam peças sem preço e que não estão à venda.

Crimes dos banqueiros vão dar direito a cinco anos de prisão efectiva

A partir de hoje, os crimes financeiros serão alvo de coimas mais pesadas com valores que podem atingir os cinco milhões. Outros crimes, como a recepção ilícita de depósitos, vão dar pena de prisão até cinco anos. As novas leis penalizam casos como o BPN e BPP. P2-3

Semana quente na banca

Caso BPP
Falta de registos e documentos não informatizados atrasam solução para os clientes.



Caso BPN
A privatização do BPN pode ficar pronta este mês, após a luz verde de Teixeira dos Santos.

Banco mau
A criação de um veículo para transferir os maus activos do BPN divide os decisores.

Anne Ackermann / Getty Images

Descubra os truques para poupar dinheiro durante as férias

Amanhã começa o Verão e há segredos que precisa de conhecer para, em ano de crise, poupar nas férias, sem deixar de fazer o que gosta. P26-28

Fórum "Avaliar Portugal" mostra como se governa o país sem maioria

Perante um cenário de minoria que se avizinha como quase certo e com o país a debater as grandes obras públicas, o primeiro Fórum "Avaliar Portugal", promovido pelo Semanário Económico, aponta caminhos. P12-15



Trinta economistas escrevem contra o TGV

Cancelar a construção das auto-estradas, abandonar o TGV e reanalisar o novo aeroporto do Lisboa são sugestões do manifesto que será apresentado hoje em Lisboa por quase três dezenas de economistas. P4





Montepio aguarda contacto do BPN

Privatização. Tomás Correia, presidente do Montepio, está interessado na compra do BPN. O BCP está interessado

O Montepio continua interessado na aquisição do Banco Português de Negócios (BPN), "mas ainda não foi contactado" pelo Governo ou pelo banco, referiu, ontem, ao DN, António Tomás Correia, presidente do Montepio. Esta semana, no Parlamento, Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, revelou que deu instruções à gestão do BPN para procurar comprador, seis meses após a nacionalização, na sequência do colapso do banco.

"Olhamos para o quadro de venda do BPN como hipótese de crescimento do Montepio", refere

Tomás Correia, recusando adiantar cenários. "Quando a operação e as respectivas condições de venda estiverem disponíveis, analisaremos", afirma o líder do Montepio.

Recorde-se que a CGD, através do Caixa Banco de Investimento, vai agora proceder à preparação da operação de privatização do BPN, que ocorrerá no âmbito da Lei-quadro das privatizações. Venda directa ou concurso público serão as opções mais prováveis para colocar o BPN no mercado.

Ontem, à margem de uma conferência (*ver página 41*), o presidente do BCP, Carlos Santos Ferrei-



DIANA QUINTELA/ARQUIVO DN

Tomás Correia ainda quer BPN

ra afastou de novo o interesse do seu bancos pelo BPN, justificando que o custo-benefício, tendo em conta a rede de clientes, balcões e negócio, "não compensaria". ■ R.R.



ID: 25614914

20-06-2009

A Comissão que fez o Parlamento funcionar

Caso BPN revela que é possível esconder fraudes por muito tempo

Crimes, fraudes, vídeos, amnésias e muitas contradições foram os ingredientes que fizeram da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN um verdadeiro *best-seller* das comissões. Em tudo! 54 audições, 27 dossiês e seis CD com documentação, além das infindáveis horas de sessões.

Um caso que contou com a nacionalização de um banco, trazendo memórias de um tempo distante, e surpreendeu com a prisão de um banqueiro — José Oliveira Costa, fundador do grupo —, deu, pelo menos, a ideia de que alguma coisa funciona.

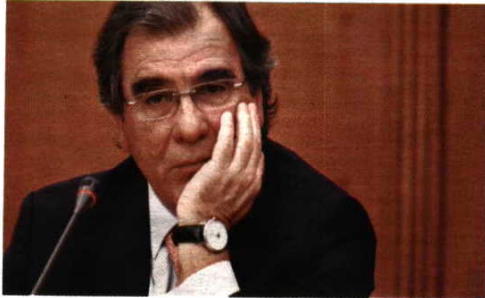
Também no caso BCP existiam figuras mediáticas e políticas, mas o respectivo inquérito não alcançou o mesmo sucesso de bilheteira. Pelo contrário, foi morrendo à medida que os que por lá passaram diziam muito pouco ou mesmo nada. Porque

funcionou então esta comissão?

Primeira razão: cada grupo parlamentar partiu para a guerra com motivações políticas definidas. O PS focalizou as suas atenções no envolvimento BPN/PSD e conseguiu pelo menos um objectivo: a demissão de Dias Loureiro de conselheiro de Estado, chamuscando Cavaco e o cavaquismo. O PSD quis mostrar que a supervisão falhou e que a nacionalização era a pior das opções, para culpar o Governo dos custos desta. Para o CDS-PP, o alvo foi Constâncio, tentando mostrar que houve falha grave de supervisão. O BE empenhou-se em mostrar o potencial fraudulento inerente às *offshores*, apertar o cerco ao BdP e responsabilizar Oliveira Costa e Dias Loureiro pelos negócios ruinosos do grupo. Para o PCP a grande motivação era provar a falência do modelo de



13/01/2009 José de Oliveira Costa remeteu-se ao silêncio da primeira vez que foi à comissão. Ainda era cedo para falar FOTO ALBERTO FRIAS



27/01/2009 Dias Loureiro teve de ir duas vezes ao Parlamento. Acusado de mentir, saiu do Conselho de Estado FOTO TIAGO MIRANDA

supervisão e os esquemas fraudulentos da banca. Todos, à excepção do PS, pediram a demissão de Constâncio. O PS, sem pedir demissões, teve a que queria.

Outro aspecto não menos importante foi o acesso a documentação que aproveitou a todos os partidos. Não teria sido possível confrontar Dias Loureiro se os contratos sobre o negócio de Porto Rico não tivessem vindo a público. Foram estes papéis que o levaram pela segunda vez à comissão para explicar que, ao

contrário do que havia dito da primeira vez, teve envolvimento no negócio e no seu desfecho.

Não teria sido possível perceber o Banco Insular sem que colaboradores do BPN abrissem a boca e explicassem como funcionava e quem dava as ordens das operações. Ficou a saber-se quem sabia o quê, pelo menos alguns. E ficou a saber-se o inimaginável, que normalmente se refugia, neste tipo de abordagem, nos segredos de justiça, profissional e bancário. Gran-



26/05/2009 O banqueiro ainda voltou e falou. Defendeu-se como pode, pouco, e atacou Loureiro, Cadilhe e Coimbra FOTO LUIZ CARVALHO

des e pequenos líderes perpetuaram erros crassos ao nível das boas práticas e o registo disso chegou aos cidadãos que seguiram o caso militantemente.

Não se teria percebido a dimensão de *offshores* existentes e o nível de crédito sem garantias e acções próprias se se ficasse à espera que oficialmente as autoridades disponibilizassem a informação. Ou seja, quer os maus da fita quer os bons ajudaram os deputados a brilhar com revelações e obrigaram os responsá-

veis implicados a invocar amnésias ou a refugiar-se no segredo.

Relatórios de inspecção do Banco de Portugal mostraram como funciona a supervisão em Portugal e até onde pode chegar. E como a relação entre o supervisor e a Procuradoria-Geral da República precisa de melhorias. E, apesar de todos os constrangimentos, chegou o dia D para o banqueiro aprisionado. Arrasou com Dias Loureiro e os accionistas que o afastaram mas manteve o silêncio sobre as ques-



8/06/2009 O governador não se demite, garante que não há falha da supervisão, mas sofre com os ataques do CDS-PP FOTO LUIZ CARVALHO



18/06/2009 O ministro das Finanças disse não haver solução alternativa à nacionalização. Vai vender o banco falido FOTO TIAGO MIRANDA

tões fulcrais que o levaram à prisão e poupou ex-gestores cúmplices do seu *modus operandis*.

Os eventuais crimes cometidos seguirão o seu trâmite e as principais questões políticas — a supervisão e nacionalização do BPN — serão objecto de um relatório provavelmente pouco consensual (ver texto ao lado).

Vítor Constâncio esgotou-se em explicações: a supervisão não falhou; o BPN foi dos bancos mais supervisionados e foram aplicadas medidas para cor-

rigir o que estava mal; mas a supervisão não é polícia, apenas assegura a estabilidade do sistema. Foram mais de 13 horas e meia a tentar convencer os deputados da oposição, em particular Nuno Melo, João Semedo e Honório Novo. Mas em vão.

O ministro das Finanças, último a ser ouvido, defendeu a sua dama e explicou que a falência do BPN teria custado €17 mil milhões ao Estado. Independentemente do que os deputados reclamam, o relatório final é sobre-

rano. No PS, admite-se que Constâncio não pode ficar isento de críticas, mas dentro de "mínimos olímpicos" — o essencial sobre a supervisão deverá ser apontar para o futuro. A nacionalização não é pacífica mas também deverá ser poupada. Um bom exercício, quando for divulgado o relatório, será procurar as diferenças em relação às respostas de Teixeira dos Santos esta quinta-feira.

ISABEL VICENTE
vicente@expresso.impresa.pt

A relatora que prefere ser autarca a continuar no Parlamento

A deputada que vai escrever as conclusões do inquérito ao BPN é quase desconhecida. Diz que sente o peso da responsabilidade

No Parlamento há quem garanta que já só uma pessoa poderá estragar a boa imagem deixada pela comissão de inquérito ao BPN. Chama-se Sónia Sanfona, tem 37 anos, é advogada, deputada do PS há quatro anos, vice-presidente da bancada da maioria e será a relatora das conclusões da comissão. Será esse texto a determinar a verdade oficial a que chegaram os deputados. Embora ninguém duvide de que o relatório será articulado com a direcção socialista (como sempre acontece, e ainda mais pelo melindre do que está em causa), será esta deputada de Santarém a responsável pelo que ficará, preto no branco, no documento final: tom mais ou menos crítico em relação à actuação de Constâncio ou à decisão do Governo de nacionalizar o BPN — as duas questões politicamente mais delicadas.

Sónia Sanfona é a primeira a reconhecer que sente "o peso da responsabilidade" — "acrescida pela relevância que a comissão ganhou e pela importância do que podem vir a ser as suas conclusões". Há quatro anos em São Bento e vice-presidente da bancada socialista, admite que tem pouco currículo parlamentar — "não tenho exactamente um historial de trabalho político



Sanfona teve uma ascensão meteórica na bancada do PS

parlamentar para apresentar às pessoas" — e que este relatório "é provavelmente" o seu "trabalho politicamente mais relevante". Fontes da direcção da bancada socialista ouvidas pelo Expresso elogiam-lhe a capacidade de trabalho, a ambição e a vontade de mostrar serviço, mas não têm dúvidas de que nunca escreverá qualquer linha embaraçosa para as posições do PS. À disciplina partidária acresce a sua proximidade a Ricardo Rodrigues, o pivô do PS na co-

missão de inquérito. "Ela não é um Ventura Leite", resume um vice do grupo parlamentar, lembrando o deputado cujo relatório foi uma dor de cabeça para Mário Lino.

Sanfona promete um documento "objectivo, claro e fundamentado", que "honrará os trabalhos da comissão" e não vai "borrar a pintura". Gostaria que fosse aprovado por unanimidade, apesar de ver nos deputados da oposição "posições já definidas à partida".

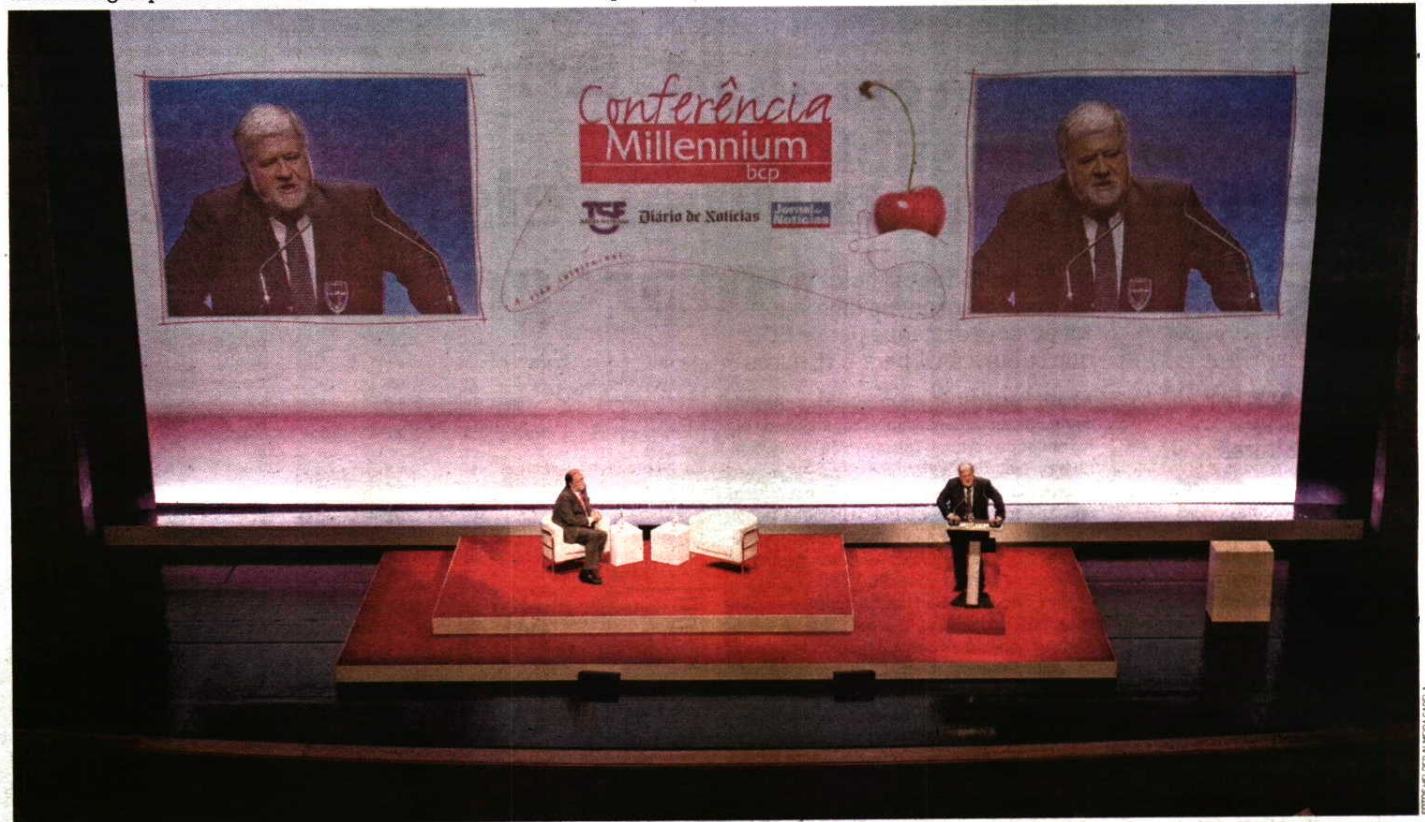
A verdade é que a oposição espera pouco da relatora socialista. "Comissão maxi, relatório mini", prevê o bloquista João Semedo. Honório Novo, do PCP, já alertou em plenário que as conclusões desta comissão "arriscam-se a ser quase tão inócuas quanto foram as do caso BCP".

Depois de discutido e votado o relatório, a 3 de Julho, Sónia Sanfona tem outra missão: conquistar a Câmara Municipal de Alpiarça. Apesar da rápida ascensão que teve no seu grupo parlamentar — nona candidata por Santarém, só chegou ao Parlamento em substituição de deputados que suspenderam mandato —, garante que prefere ser autarca na sua terra a ser deputada. A tarefa não será difícil, pois a câmara já é socialista. E Sónia Sanfona deixará de fazer, todos os dias, os cem quilómetros entre Alpiarça e a Assembleia da República.

FILIPE SANTOS COSTA
fcosta@expresso.impresa.pt

Faltam 17 meses para chegar a retoma

Daniel Bessa. O professor de Economia, orador da Conferência Millennium bcp, falou sobre as mudanças que nos esperam, após a ainda longínqua saída da crise. A banca será um sector que "não ficará como dantes", com as concentrações a voltarem à agenda



Daniel Bessa, em mais uma Conferência, alertou para a necessidade de escrutinar os grandes programas de obras públicas

■ PAULA CORDEIRO

Faltarão, no máximo, 17 meses para que a economia comece a dar sinais de crescimento. Esta é a previsão de Daniel Bessa, professor de Economia, que alerta para o facto de que, em matéria de crescimento, "nada vai ser como dantes".

Orador convidado da Conferência Millennium bcp, iniciativa levada a cabo em parceria com o DN, JN e TSE, que ontem decorreu em Lisboa, o professor considera que "atingimos limites de endividamento que são inultrapassáveis, e que têm de ser travados".

Para Daniel Bessa, a palavra de ordem para as famílias portuguesas, nos próximos tempos, é poupar.

Além de uma maior necessidade de poupança e de uma travagem no aumento do endividamento, o economista antevê igualmente mudanças significativas para o sector bancário. "Vamos entrar numa fase de crescimento muito mais baixo, que não pode mais ser alavancado por crédito. A palavra de ordem é de redução de passivos", disse. Em resultado, a banca vai ser diferente a partir desta crise.

À semelhança de outras opiniões vindas a público esta semana, também Daniel Bessa considera que as consolidações e fusões

bancárias "vão voltar à agenda", face à perda de peso do sector na economia. E defende para esta actividade a aposta na inovação em matéria de produtos, "não como uma maneira de fazer crescer o negócio, mas para o tornar mais eficiente e prestar um melhor serviço à economia".

Outra envolvente que deverá mudar, em resultado da actual crise, é saber se se deve avançar com grandes programas de despesa pública. Como um dos 30 subscritores do manifesto contra as grandes obras públicas, Daniel Bessa explica que, face a uma restrição financeira pesada, "é

tempo de começar a escrutinar melhor os programas de despesa pública". E alerta para o facto de ser "uma questão muito séria, para se transformar num instrumento de luta partidária".

"Devemos preparar melhor o futuro", acrescenta.

Sintetizando, o economista diz que "vamos ter uma economia menos florescente, com um consumo privado menos pujante, uma banca mais reduzida e uma maior aversão ao risco".

Face às nossas dificuldades estruturais, "Portugal está numa via muito estreita". Há que explorá-la, sem desperdícios.

O professor afirma não saber "qual seria hoje o crescimento

Banco mecenas do São Carlos

O BCP vai continuar a ser o mecenas do Teatro Nacional de São Carlos. O protocolo entre a Fundação Millennium bcp e o Organismo de Produção Artística (OPART), entidade que gere o São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado, foi ontem assinado, traduzindo-se num apoio mecénico no valor de 850 mil euros. Este vigorará para as temporadas líricas e sinfónicas em 2009 e para a temporada sinfónica em 2010 e 2011. O Millennium bcp mantém assim o seu apoio ao São Carlos, iniciado em 1998. Como referiu o seu vice-presidente, Armando Vara, na cerimónia de assinatura do protocolo, "é difícil hoje em dia encontrar empresas com dimensão para apoiar entidades culturais".

sustentável do PIB portugueses". E admite que no final deste ano, o défice global na área do euro fique nos 6% a 7%. "Não me admiraria muito", acrescenta.

Quanto à capacidade de Portugal continua a atrair investimento estrangeiro, Daniel Bessa tem muitas dúvidas que tal aconteça, especialmente na área industrial. Alerta ainda para a perda relativa do dólar e lembrou que "estar no euro, é estar numa das áreas mais caras do mundo". ■

BCP afasta cenário de consolidação

Santos Ferreira considera "normal" escolha do seu banco para arranque da supervisão permanente



Armando Vara e Santos Ferreira, na Conferência Millennium

"O BCP não será parte, por sua iniciativa, de nenhum processo de consolidação", afirmou Carlos Santos Ferreira, à entrada da Conferência Millennium.

Falando aos jornalistas, o presidente do BCP considera que os recentes apelos a possíveis fusões no sector bancário têm como principais visados os pequenos bancos. Ao dizer que o BCP não será parte activa em nenhuma fusão, o banqueiro afasta igualmente qualquer possível regresso a debate do tema da sua fusão com o BPI, hipótese igualmente afastada por Fernando Ulrich, presidente do BPI, esta semana.

Carlos Santos Ferreira voltou a

rejeitar também um possível interesse da sua instituição pela compra do BPN (ver página 16).

Confrontado com a presença de equipas permanentes de supervisão do Banco de Portugal nas instalações do BCP, o seu presidente classificou o facto como "muito normal". O DN noticiou esta semana que o BCP e o BES foram os dois primeiros bancos a serem alvo do reforço das acções de supervisão do banco central.

"É uma atitude perfeitamente normal, uma vez que são os dois únicos bancos portugueses que já aceitaram calcular o seu capital com os métodos mais avançados do Basileia II", referiu. ■

Conferência Millennium bcp
Lisboa
19 Junho



EMPRESAS

Governo garante depósitos de clientes do BPP na íntegra

Num processo com **muitas pontas soltas**, a garantia dos depósitos é a única certeza

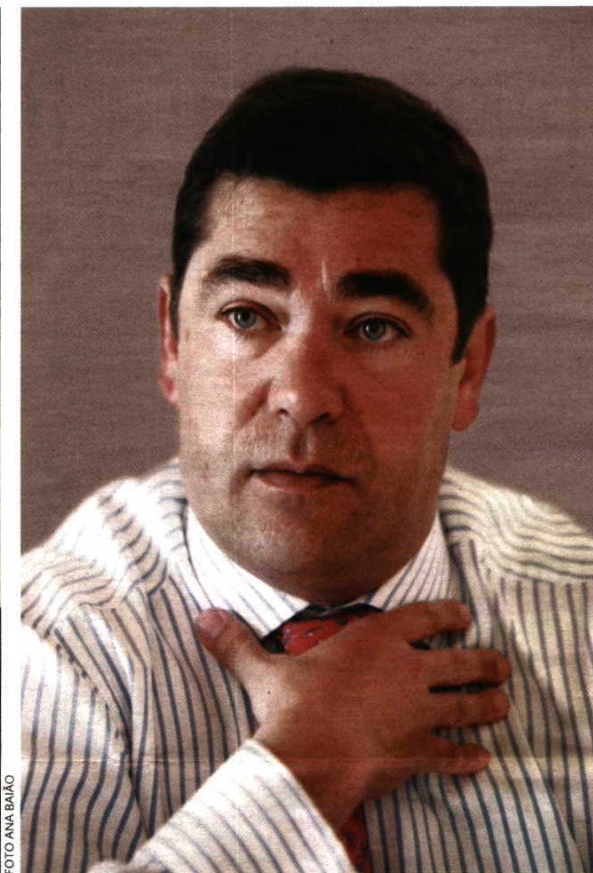
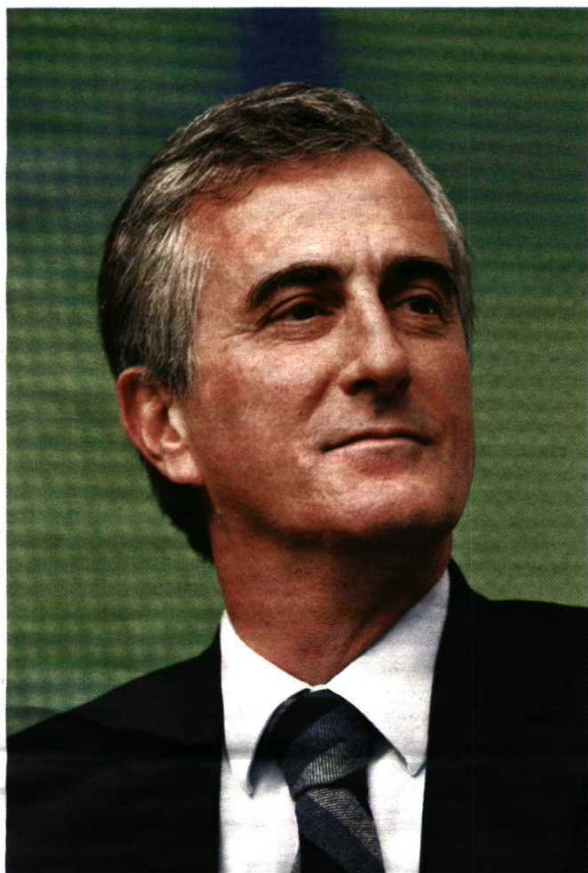


FOTO ANA BAAO

FOTO NUNO BOTELHO

Gestão de Adão da Fonseca tem sido criticada por deixar arrastar o processo. Vaz Guedes deposita esperanças num accionista nacional para salvar o BPP

Textos ANABELA C. CAMPOS e ISABEL VICENTE

Sete meses após a intervenção do Estado no Banco Privado Português (BPP), o desfecho mais previsível parece ser agora o de uma "morte assistida", como fez saber o primeiro-ministro, José Sócrates, na entrevista à SIC, quarta-feira. Mas será, no entanto, preciso resolver ainda vários problemas, nomeadamente dos clientes, quer os que têm depósitos puros quer os que investiram na gestão de activos.

Uma das dúvidas assenta em saber se os depósitos dos clientes do BPP, cujo pagamento foi congelado até Setembro por autorização do Banco de Portugal (BdP), estão garantidos. Para o Governo parece ser claro. Em resposta ao Expresso as Finanças afirmam: "O Governo assumiu o compromisso de salvaguardar integralmente os depósitos, e respeitá-lo-á, sendo essa uma inevitabilidade". Ou seja, mesmo em caso de falência do BPP, os clientes que tiverem

um contrato de depósito, no sentido restrito do termo, terão o seu dinheiro garantido na íntegra. Até aos €100 mil pelo fundo de garantia de depósitos. O restante pelo Estado, já que o Governo mantém a palavra dada no auge da crise financeira quando se comprometeu a assegurar todos os depósitos. Algo que poderá não aplicar aos accionistas.

As dúvidas sobre os depósitos não se ficam por aqui, uma vez que grande parte dos €450 milhões emprestados ao BPP em Dezembro por um consórcio de bancos terão sido gastos para pagar depósitos a institucionais nacionais e estrangeiros. Uma decisão polémica, já que poderá iniciar um tratamento privilegiado de clientes.

Aplicações que são depósitos

Além disso, tudo indica que a administração nomeada pelo BdP e presidida por Adão da Fonseca só agora parece ter percebido que havia clientes cujos contratos foram catalogados como de retorno absoluto mas que, afinal, po-

dem fazer prova documental de que têm verdadeiros contratos de depósito. Uma situação que está ser escrutinada pelo BPP e pelos reguladores, e que trará maior complexidade ao processo.

Outra questão que tem levantado dúvidas foram os empréstimos feitos pelo BPP junto do Fortis e do Citigroup no montante de €140 milhões, garantidos com activos da carteira dos clientes como colateral, cuja natureza não está completamente esclarecida. Poderá ter sido para alavancar o investimento dos veículos dos clientes, como diz o BPP, ou para pagar juros e capital de carteiras vendidas, como afirma o presidente da Privado Clientes, Jaime Antunes.

O empréstimo do Citigroup (€114 milhões) venceu esta semana e foi pago, garante o BPP. Uma inevitabilidade, caso contrário o Citigroup podia accionar a garantia e ficar com activos avaliados em mais de €300 milhões.

O BPP assegura que os títulos irão ficar na carteira dos clientes, e não como activo do banco, como temiam os clientes. Questionado sobre quando tinham

sido feitos os empréstimos, com que destino e quais os activos dados como garantia, o BPP não respondeu até à hora de fecho desta edição.

Os grandes clientes e alguns accionistas do BPP, até agora afastados da contestação pública, estão a movimentar-se no sentido de procurar soluções jurídicas para defender os seus direitos em caso de falência. E não descartam, como último recurso, avançar com acções contra o Estado e supervisores.

Resta ainda saber quando será criada a sociedade de titularização de crédito, para onde serão transferidos os activos clientes de retorno absoluto, e que instituições a irão gerir.

Accionista nacional salva BPP?

Outras soluções poderão surgir, desta vez do lado da Privado Holding (PH), accionista do BPP, que até agora apenas se centrou na viabilidade do banco. Depois da negativa dada pelo Governo ao saneamento do BPP, a Privado está empenhada em apresentar um projec-

Risco sistémico justifica dois pesos e duas medidas

A dimensão e o risco sistémico do BPP foi, argumenta o Governo, um factor que pesou na nacionalização do banco criado por Oliveira Costa. Uma condição que o Executivo considera não existir no BPP. Dois bancos distintos, o primeiro de retalho e o segundo de gestão de património, com intervenções diferentes dada a sua dimensão, negócio e momento da decisão, explica o Governo. No BPN, a nacionalização ocorreu no auge da crise financeira, e numa altura em que outros países fizeram o mesmo. No BPP, o Governo optou por injectar capital — €450 milhões, através de um consórcio de bancos, com contragarantias de activos — e decorridos sete meses descarta fazer parte de uma solução que viabilize a instituição fundada por João Rendeiro. Em Setembro de 2008, o BPN, que representava cerca de 2% do sistema bancário nacional, tinha 218 balcões, depósitos de €4,9 mil milhões e cerca de 25 mil clientes de retalho. Já o BPP tinha dois balcões, cerca de 8,8 mil clientes (três mil de retorno absoluto) e depósitos no montante de €377 milhões. O ministro das Finanças estimou, na quinta-feira, que o efeito da falência do BPN, com uma eventual corrida aos depósitos, poderia custar ao Estado €17 mil milhões. Números que, explicou, têm em conta o montante dos depósitos no sistema — €144 mil milhões —, e 17 milhões de contas, com uma média de €10 mil cada. Antes das intervenções do Executivo num e noutra banco, em 2008, Miguel Cadilhe tinha pedido €600 milhões para salvar o BPN e um mês depois João Rendeiro pedia €700 milhões para o BPP. Na última semana, a decisão do Governo caiu que nem uma bomba junto dos clientes do BPP, que criticam a actuação discriminatória face a quem tinha poupanças no Privado, já que as contas investimento dos clientes do BPN (gestão de activos) foram transformadas em depósitos, enquanto no BPP recusam-se a fazê-lo.

to que lhe dê legitimidade para gerir as carteiras dos clientes de retorno absoluto, assegurando o capital investido.

É perante este cenário de falência anunciada que a PH diz ter na calha a entrada de um accionista de referência português. Uma solução que lhe permitirá ganhar liquidez e sustentabilidade para avançar com uma nova fórmula para resolver os clientes de retorno absoluto, dada a insatisfação da PH e dos clientes com a solução do Governo.

Diogo Vaz Guedes, presidente da PH, diz que está praticamente fechado um acordo de entendimento com o novo accionista e assegura que está a ser reformulado o pedido de reforço de capital endereçado às Finanças, no âmbito do mecanismo de recapitalização. Vaz Guedes recusou-se, no entanto a avançar com o nome do investidor, afirmando apenas que é português e "credível".

Ainda assim, a viabilidade do grupo está condicionada, pois nada aponta para que o Governo volte atrás com a decisão de não entrar no capital do banco.

acampos@expresso.imprensa.pt



Depósitos no BPP totalmente garantidos

O Governo vai manter a palavra dada no auge da crise e assegurar a 100% os depósitos no banco. Mesmo os superiores a €100 mil P12



Depósitos no BPP estão garantidos

Os clientes que têm depósitos no BPP podem estar descansados: o Governo garante-os na totalidade. Até €100 mil pelo Fundo de Garantia de Depósitos; o restante pelo Estado. É a resposta taxativa do Ministério das Finanças a uma questão colocada pelo Expresso. **E12**



Em off

Já acabou!? Pensava, Vítor Constâncio, ao mesmo tempo que perguntava à presidente da comissão de inquérito ao caso BPN, Maria de Belém, se podia fazer uma declaração final. O senhor governador não se tinha apercebido de que o PS ainda não lhe tinha colocado nenhuma questão. E o massacre, que da primeira vez, a 8 de Junho, tinha durado seis horas e que neste segundo *round* já ti-

na consumido quase sete do tempo de Constâncio, ia continuar. Cronometrado, é certo, por Maria de Belém que limitou o tempo do segundo combate. Nesse momento Constâncio deitou as mãos à cabeça em sinal de desgaste a que os deputados estão já imunes há cerca de quatro meses desde que deitaram as mãos do BPN. Entre suspiros e desabafos... o governador lá ia repetindo: "Outra vez senhor deputado...". Afinal de que serviram tantas horas a bater na mesma tecla — a supervisão não tem meios de detectar fraudes que são escondidas, nem aqui, nem no fim do mundo. Explicações que parece terem caído em saco roto, já que os deputados da oposição não se vergaram às prudenciais regras de supervisão.





Há um ano na Economia

ECONOMIA

Salter Cid acha pouco €18 mil/mês

Puro sangue lusitano tem em curso um plano de valorização

Remuneração até 8%

BARCLAYS

IVA baixou pela primeira vez Quando o Governo baixou a taxa normal do IVA de 21 para 20%, em Julho de 2008, houve logo quem garantisse que o Executivo já estava arrependido da decisão tomada meses antes. O que nessa altura era uma suposição é hoje uma quase certeza. A situação económica deteriorou-se a um nível que não era imaginado pelo poder político e os €250 milhões que deixaram de entrar (num ano) nos cofres do Estado eram agora providenciais tendo em conta a queda abrupta nas receitas do IVA.

Cadilhe e quatro meses no BPN Um ano após a entrada de Miguel Cadilhe no grupo BPN/SLN muita coisa mudou. A polémica quanto aos gestores que levou para o BPN sabe a pouco quando comparada com o que entretanto aconteceu ao grupo depois. Operações escondidas, créditos não contabilizados, a descoberta do Banco Insular, entre outros problemas que convergiram para um buraco de €1,6 mil milhões. Quatro meses depois de assumir o grupo, Cadilhe sai zangado com a decisão de nacionalização do Estado e um au-

mento de capital inquinado, que ainda hoje a sua anulação corre nos tribunais.

Estado comparticipa manipulados O novo Formulário Galénico Português da Associação Nacional das Farmácias (ANF) foi apresentado há um ano. Entretanto, no início de 2009, o Infarmed fez uma proposta de comparticipação destes medicamentos. Segundo a ANF, manteve-se estável o número de farmácias (1755) que fabricam estes remédios.

Salter Cid resignou-se?... O ex-presidente da Companhia das Lezírias e vereador do PSD na Câmara de Lisboa tinha decidido meter a PT em tribunal por recusar subir a pensão de €17,9 mil mensais para o patamar mais elevado da empresa, mas até agora não houve qualquer resultado desta decisão. Salter Cid entrara na PT há 17 anos, mas esteve a maior parte do tempo requisitado e só trabalhou na operadora seis anos. Pré-reformou-se antes dos 55 anos e acabou por beneficiar de uma lei que tinha feito para a Marconi enquanto secretário de Estado da Segurança Social de Cavaco Silva.



O combate à pobreza é sobretudo uma questão ideológica e a ideologia condiciona as nossas opções

Por favor ajudem-me, sou dono de um banco

No dia 1 de julho de 2008, este jornal publicou no caderno Local Porto um artigo de opinião da minha autoria com o título *Rua da Tristeza, n.º 200*. Nesse texto dirigi um apelo ao ministro da Segurança Social. O meu grito de indignação resultante do mau funcionamento da Segurança Social no Porto não gerou qualquer tipo de mudança positiva.

O desemprego já afecta quase meio milhão de pessoas em Portugal, 10 mil trabalhadores estão com os contratos suspensos (*lay off*) desde o início do ano, os despedimentos colectivos aumentaram, a precariedade laboral continua a crescer. O distrito do Porto regista uma taxa de desemprego na ordem dos 12,5 por cento, ultrapassando a média nacional de 8,9 por cento. Também é no distrito do Porto onde o número de beneficiários de rendimento social de inserção (RSI) atinge maior dimensão: 123.434 com requerimentos activos em Março de 2009.

Há mais pessoas a pedir ajuda, um novo grupo de cidadãos vulneráveis à pobreza, um novo perfil de utentes, novos problemas sociais, novas necessidades. Precisamos de mais meios, mais recursos, mais programas, mais projectos, mais ferramentas para combater a pobreza e a exclusão social.

Na Rua da Alegria, onde estão sediados os serviços de acção social do Estado, as colegas continuam a viver os seus dias sob a pressão das estatísticas. Têm medo de falar, de protestar, de reivindicar condições dignas de trabalho. Há colegas que têm mais de 300 processos familiares atribuídos.

Não têm apoio administrativo, não têm tempo para atender os utentes, para fazer visitas domiciliárias, para elaborar planos de inserção, para acompanhar os utentes no seu percurso de inclusão social, para reflectir sobre a sua prática profissional, para participar em acções de formação. Há utentes à espera de ser atendidos há mais de quatro meses, utentes que beneficiam de RSI que nunca falaram com a sua técnica de acompanhamento, utentes que, apesar de já terem assinado o seu plano de inserção, continuam a dormir na rua (ver PÚBLICO de 4 de Maio). São estes utentes que à noite, quando se recolhem nas urgências dos hospitais para dormir, são encaminhados pela Segurança Social para quartos onde as pulgas e a urina dos colchões coabitam tristemente.

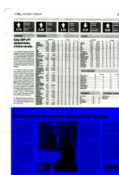
O discurso político da sensibilidade social, da prioridade às pessoas, da nova geração de políticas sociais ainda não tocou positivamente a vida dos meus utentes. Por isso, sempre que eles necessitam do apoio da Segurança Social eu aconselho-os a dizer que são donos de

José António Pinto

um banco. Pode ser que assim rapidamente e de forma eficaz beneficiem de bons apoios.

Para ajudar os accionistas e clientes do BPN e BPP o Estado já gastou do bolo dos nossos impostos milhões de euros (1300 milhões que o Estado injectou no BPN e 450 milhões que a Caixa Geral de Depósitos emprestou ao BPP). Com este dinheiro era possível construir creches, infantários, casas da juventude. Apetrechar o país com bons equipamentos sociais (segundo números da carta social, só um em cada nove idosos tem resposta garantida em equipamentos sociais). Com este dinheiro contratava mais técnicos para a Segurança Social, acabava com as barracas e ilhas na cidade do Porto, criava um fundo de socorro social para ajudar as IPSS. É por estas e por outras que, quando me dizem que não há dinheiro para fazer melhor, eu discordo. O combate à pobreza é sobretudo uma questão ideológica e a ideologia condiciona as nossas opções. Ou se governa a favor de Manuel Fino e de Américo Amorim ou a favor dos direitos dos sem-abrigo.

Uma nota final. Eu não sou contra a criação de riqueza, sou sim contra a injusta redistribuição da riqueza. Nem sempre crescimento económico significa mais bem-estar social. Neste momento, Portugal é dos países da Europa onde as desigualdades sociais são mais gritantes e accentuadas. *Assistente social*



DANIEL BESSA

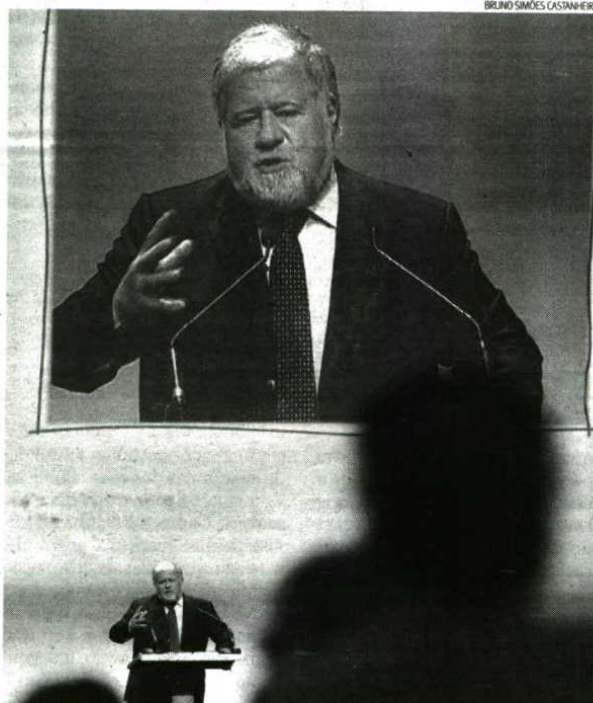
Economia de boa saúde dentro de 17 meses

► Numa altura em que os efeitos da crise financeira se fazem sentir, não é frequente ouvirem-se palavras de optimismo. No entanto, e com alguma cautela, Daniel Bessa afirmou ontem que dentro de um ano e meio a economia nacional estará de boa saúde.

“Se as minhas contas estiverem certas, faltariam 17 meses para que a economia estivesse bem em Portugal”, afirmou o economista durante a Conferência Millennium, em Lisboa.

No entanto, o economista alertou para o facto de o crescimento ser lento, e que nada voltará a ser igual. Em causa está o endividamento das famílias portuguesas que atingiu valores inultrapassáveis. “Vamos entrar numa fase de crescimento muito mais baixo, que não pode ser alavancado pelo crédito”, afirmou Daniel Bessa, acrescentando que, “nos próximos anos, a palavra de ordem das famílias portuguesas será poupar”.

Na opinião do orador, a actual crise chegou “cedo de mais e de uma forma surpreendente”, até porque a economia real não dava



Daniel Bessa: “Nos próximos anos, a palavra de ordem das famílias será poupar”

sintomas de fragilidade e, surgiu de forma atípica, uma vez que teve o seu epicentro no mercado imobiliário. Agora, que está instalada, é preciso arregaçar as mangas e trabalhar no sentido de amenizar os seus efeitos. Para tal, Daniel Bessa alerta para uma pesada reconversão da banca, e um olhar atento sobre os programas de despesa pública.

De parte não ficou o tema que está na ordem do dia: o TGV. Na sequência de notícias que alertam para o facto de economistas e antigos governantes considerarem que a discussão técnica sobre o TGV não deve misturar-se com o debate político, Daniel Bessa, que é um dos subscritores do texto, afirmou que “o documento não deve transformar-se num cavalo de batalha política”. “Eu próprio agreguei um texto em que fiz uma análise do investimento público e do contributo que ele tem na indução do investimento privado”, conclui. Um documento que garante ser um alerta para a necessidade de adaptar os investimentos às condições económicas.

Obras públicas à parte, à mar-

gem da Conferência Millennium, e na sequência das declarações feitas pelo ministro das Finanças, que davam conta de que o Governo deu ordens para vender o BPN, Santos Ferreira, descartou a possibilidade de vir a comprar o banco.

BCP sem interesse no BPN

“Não estamos interessados no BPN”, disse o presidente da instituição, especificando que o custo que essa operação poderia ter em comparação com o que traria ao BCP, em termos de rede, clientes e negócio, “não compensaria”. Sobre a consolidação na banca que recentemente membros do Governo e o governador do Banco de Portugal defenderam, Santos Ferreira assegurou que “o BCP não é parte activa” num eventual processo de consolidação do sector.

CAZARINA CRAVEIRO

Conferência
Millennium
bcp

Produtores associados

TSE Diário de Notícias Jornal de Notícias



CRÓNICA FEMININA

Os muito bons e os ingénuos

Em Portugal, suficiente é sinónimo de medíocre e a negligência dá pelo nome de ingenuidade

O passado Dia de Portugal foi eloquente quanto à natureza e aos hábitos do país. O Presidente Cavaco Silva condecorou postumamente o herói de Abril ao qual, enquanto primeiro-ministro, recusara uma pensão em vida. Os mortos têm a vantagem de ser muito mais baratos e menos incómodos do que os vivos. São de quem os quiser apanhar e, galardoando-os, prestar homenagem a si mesmo através deles. Desde que os caixões estejam já fora de vista, para não provocarem meditações sobre as injustiças da vida. Salazar condecorava, a 10 de Junho, viúvas e órfãos. Abraçava-os, compungido, como se o seu lugar fosse o do avô afectuoso e não o do algoz que enviara para a morte os maridos daquelas mulheres e os pais daquelas crianças. Há imagens que convém não deixar esquecer. Eu era muito criança e nunca mais esqueci.

Fonte do Palácio de Belém justificou com “entraves burocráticos” a não atribuição da pensão a Salgueiro Maia, pensão essa que viria a ser atribuída a dois inspetores da PIDE. A extraordinária saúde e longevidade da burocracia portuguesa, da qual já o Padre António Vieira se queixava, deve-se à largueza das suas costas: serve de justificação para tudo. Lembrei-me da frase favorita do meu pai: “Só justifica quem perde”. Entre os vivos medalhados neste Dia de Portugal, contava-se Paulo de Carvalho, que recebeu a Ordem da Liberdade. Surpreendeu-me que só agora se distinguisse o intérprete da belíssima canção ‘E Depois do Adeus’, que serviu de sinal de arranque ao Movimento dos Capitães. Paulo de Carvalho é a grande voz masculina da música ligeira portuguesa, para cuja renovação deu um contributo inestimável. A reportagem da RTP perguntou-lhe a que se devia a distinção, coisa que não perguntou aos outros distinguidos. Seria interessante e útil inventariar todos os medalhados do pós 25 de Abril, e fazer um estudo sobre os critérios das condecorações. Perceberíamos assim de que falamos quando falamos de ideal de cidadania em Portugal, e que tipo de modelo exemplar tem defendido o Estado português, no que respeita aos vivos.

Com eleições à porta, vários mortos receberão ordem de marcha para a ressurreição dos vivos que não se aguentam em cartaz sem um fantasma acompanhante. Os mortos não têm como protestar contra os encos-

tos dos amigos póstumos, e esse tipo de amizade cresce como a erva daninha nos campos da crise.

No mesmo Dia de Portugal, publicava o “Diário de Notícias” a consoladora boa nova de que 91 por cento dos juizes portugueses são “bons” ou “muito bons”, segundo a avaliação do Conselho Superior da Magistratura relativa a 2008. Depois de esmiuçada, a alegria da notícia desmaiava um pouco: só 13 por cento dos 1932 juizes existentes em Portugal foram, afinal, avaliados. Com tanta pontaria que acertaram no topo de gama: em 259 juizes inspeccionados, apenas 11 receberam a classificação de suficiente — e um solitário desgraçado foi definido como “medíocre”.

Aumentaram as inspeções aos juizes, e os processos disciplinares diminuíram em cerca de 39 por cento. O

termo “inspeção” é assustador pela arbitrariedade que implica. Porquê estes maravilhosos juizes, e não outros? Porque é que todos os funcionários públicos estão sujeitos a avaliação e a magistratura a meras amostras de inspeção? Euclides Dâmaso, director do Departamento de Investigação e Acção Penal de Coimbra, explicou ao “DN” que “à partida, para se chegar a juiz, já se passa por um escrutínio longo”, pelo que lhe parece natural que a maioria dos juizes tenha nota máxima. Acres-

centou ainda: “se repararmos, nos últimos 30 e 40 anos, a classificação de ‘suficiente’ só era dada para casos muito graves”. Donde, “suficiente” na magistratura portuguesa, é sinónimo de “insuficientíssimo”.

Com este bailinho semântico é natural que as decisões judiciais sejam tantas vezes, além de tardias, incompreensíveis para o comum dos mortais. Esta semana, o governador do Banco de Portugal disse, no inquérito ao caso BPN, que pode ter havido “ingenuidade” mas não “negligência” da sua parte. Ficámos a saber que a ingenuidade é uma qualidade a valorizar na superintendência dos bancos. Está visto: temos de reformular os dicionários. Entretanto, convinha que aprendêssemos todos, e depressa, a ser ingénuos profissionais. ■



INÊS PEDROSA





67 Crónica Feminina Inês Pedrosa